

# **AGENDA BRASILEIRA**

## **COVID-19**

Ano 2, n. 2, 2021



## **A ATUAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

**Carolina Cézar Ribeiro<sup>1</sup>**

1 Consultora legislativa da Câmara dos Deputados na área XV – educação, cultura e desporto.

## 1 Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar aspectos da atuação da Câmara dos Deputados na área de educação, durante os primeiros seis meses da pandemia de Covid-19.

Na seção “Contexto pré-pandemia”, levantamos alguns pontos relativos ao cenário da área educacional e às ações de parlamentares e colegiados, antes do reconhecimento do estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020. Em “Choque inicial”, acompanhamos a participação da Câmara dos Deputados para mitigar os efeitos causados pelo isolamento social e pela suspensão de atividades educacionais e econômicas, no primeiro mês de pandemia. “Dura realidade” examina o desdobramento dos acontecimentos na área educacional no segundo trimestre de 2020 e a resposta dos deputados e colegiados da Câmara dos Deputados. Também damos destaque, na seção “O ano de 2020 não parou”, à continuidade de projetos estruturantes, apesar da suspensão das atividades das comissões e da prioridade às matérias relacionadas à Covid-19.

A discussão que toma força ao longo do segundo semestre é abordada em “Sobre a retomada das aulas presenciais”, com breve relato sobre os argumentos em torno da polêmica que a matéria levanta e as ações de parlamentares para encaminhá-la. Em “Produção da Câmara dos Deputados na pandemia”, apresentamos as ações realizadas por parlamentares e colegiados: proposições apresentadas e aprovadas e discussões nas comissões temporárias em funcionamento, classificadas em ordem decrescente de ocorrência e por temas. Finalmente, na seção “Quanto custa essa conta?” trazemos os resultados de duas publicações deste ano sobre os custos da crise sanitária na educação e caminhos legislativos para ação.

## 2 Contexto pré-pandemia

No início de 2020, antes de o Sars-Cov-2 chegar ao Brasil, a principal pauta na área educacional, na Câmara dos Deputados, era a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2015 (PEC nº 15/2015), que tornaria permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cujo prazo de vigência terminaria em 31 de dezembro de 2020.

A política de fundos, iniciada em 1997, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), mostrou-se eficaz em garantir uma melhor utilização dos recursos que estados, municípios e Distrito Federal devem obrigatoriamente aplicar em educação, por força da vinculação de suas receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino, determinada pela Constituição Federal, em 1988. A sistemática determinou que tais recursos fossem distribuídos nos entes subnacionais proporcionalmente ao número de matrículas nas escolas do ensino fundamental e que a União complementasse os recursos dos fundos estaduais sempre que no estado não fosse alcançado o valor mínimo por aluno, definido nacionalmente para o ensino fundamental. Com isso, o Brasil alcançou a universalização da escolaridade obrigatória,<sup>2</sup> com muito atraso, na última década do século XX.

Dez anos depois, a política foi aperfeiçoada e essa sistemática redistributiva passou a incluir toda a educação básica, por meio do Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006. Acrescentaram-se a educação infantil e o ensino médio. Os ganhos mostraram-se na melhoria dos indicadores de atendimento e frequência, nessas etapas, e na aprendizagem no primeiro ciclo do ensino fundamental.

O desafio atual é promover a melhoria nos resultados de aprendizagem, conforme o aluno evolui ao longo dos anos na educação básica, especialmente melhorando a equidade, ou seja, reduzindo a distância entre a aprendizagem dos mais pobres e a dos mais ricos. Afinal, os *deficits* de aprendizagem vão se acumulando, em detrimento dos resultados nas etapas de ensino seguintes.

A aprovação da PEC nº 15/2015 tinha por objetivo, portanto, não apenas tornar permanente a política de fundos, mas também promover melhorias na sistemática de distribuição dos recursos públicos, de forma a torná-lo mais equitativo. Um dia antes de a OMS reconhecer a pandemia, o parecer da relatora da matéria na Câmara dos Deputados encontrava-se em discussão e prestes a ser votado na Comissão Especial Destinada a dar Parecer à PEC nº 15/2015.

Outra matéria estruturante em construção na Câmara dos Deputados, antes da pandemia, é a regulação do Sistema Nacional de Educação, que inclui a normatização do regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, na condução de suas diferentes responsabilidades constitucionais, na área de educação.

2 Na época do Fundef, a escolaridade obrigatória correspondia ao ensino fundamental. Com a EC nº 59/2009, a idade obrigatória passou a alcançar a faixa etária de quatro a dezessete anos.

O Projeto de Lei Complementar nº 25/2019 e outras proposições apensadas a ele encontram-se na Comissão de Educação, aguardando deliberação.

Em 2019, também foi realizado o acompanhamento das atividades do Ministério da Educação (MEC) pela Comissão Externa Destinada a Acompanhar o Desenvolvimento dos Trabalhos do Ministério da Educação, bem como da Apresentação de seu Planejamento Estratégico (Comex). A criação dessa comissão temporária deu-se em 2019, por meio de Ato da Presidência da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2019c) que aprovou requerimento firmado por sessenta parlamentares.

Não podemos deixar de mencionar a pauta permanente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre o monitoramento contínuo da execução do principal documento de planejamento educacional do país, o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse documento se constitui na Lei nº 13.005/2014, a qual apresenta objetivos, metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação brasileira, discutidos e aprovados pelo Congresso Nacional, para o período de 2014 a 2024.

Por fim, cabe também informar que, no âmbito do Conselho de Debates e Estudos Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, os parlamentares relatores do estudo Cidades Inteligentes incluíram eixo para educação, no qual foram pesquisadas e discutidas as tendências para a educação no contexto da quarta revolução industrial, o que comumente era referido como Educação para o Futuro ou para o Século XXI, antes da pandemia.

Foi nesse cenário que se iniciou a sessão legislativa de 2020.

### 3 Choque inicial

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o estado de pandemia provocado pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na mesma data, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), decretou a suspensão das aulas na rede pública e privada de ensino, por cinco dias inicialmente, além de eventos que exigiam licenças do governo do Distrito Federal. Havia, naquele momento, dois casos confirmados no DF.

Ainda nessa primeira semana, no dia 17 de março, o presidente da Câmara dos Deputados editou a Resolução nº 14, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota (SDR), nova forma de discussão e votação de matérias sujeitas à apreciação do Plenário, a ser realizada por meio de sessões virtuais. A norma também suspendeu as

reuniões das comissões da Câmara dos Deputados. A orientação vigente é que, nas sessões convocadas por meio do SDR, sejam apreciadas preferencialmente matérias relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente ao coronavírus. Em 20 de março, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 6, que reconhece o Estado de Calamidade Pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

Com a suspensão, em cadeia, das aulas nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, surgiu a primeira urgência na área educacional: garantir que a alimentação escolar chegasse aos alunos das escolas públicas fechadas. No dia 19 de março, o deputado Hildo Rocha apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 786/2020, que autorizava estados e municípios a fornecer aos pais dos estudantes ou a seus responsáveis ingredientes da merenda escolar adquiridos com recursos do repasse feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PL nº 786/2020 tornou-se o primeiro a ser discutido e aprovado por meio do SDR, na primeira sessão do Plenário virtual da Câmara dos Deputados, em 25 de março. Em 7 de abril, a proposição foi transformada na Lei nº 13.987/2020. Se para os estudantes da educação básica pública era urgente a garantia da merenda escolar, para os da educação superior privada, paga com recursos do financiamento estudantil, era indispensável a suspensão do pagamento das parcelas do empréstimo, diante das medidas de isolamento social que impactaram a renda e emprego no país.

Em 26 de março, o deputado Denis Bezerra (PSB/CE) apresentou o PL nº 1.079/2020, com o objetivo de suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Um mês depois, em 28 de abril, a proposição foi aprovada no SDR e, em 9 de julho, transformada na Lei nº 14.024/2020 com um veto parcial, com pouco impacto no texto final.

A nova sistemática de tramitação das medidas provisórias foi definida em 31 de março, nos termos do Ato Conjunto das Mesas da Câmara e do Senado nº 1, em tempo de ser aplicada à Medida Provisória (MP) nº 934, de 1º de abril, outra iniciativa na área educacional.

Com o fechamento das escolas para se evitar a propagação da doença e a sobrecarga do sistema de saúde, tornou-se urgente flexibilizar o cumprimento do número mínimo de dias de trabalho escolar constante do calendário do ano letivo, na educação básica, e de efetivo trabalho acadêmico, na educação superior, impostos pela Lei nº 9.394/1996.

Com esse objetivo, o Poder Executivo enviou, em 1º de abril, a Medida Provisória nº 934, que dispensou o cumprimento do número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, na educação básica, e de atividades acadêmicas, na educação superior, desde que cumprida a carga horária anual mínima. Também permitiu a antecipação da colação de grau dos alunos de medicina, farmácia, enfermagem e fisioterapia, desde que cumpridos 75% da carga horária do internato de medicina e do estágio curricular obrigatório de farmácia, enfermagem e fisioterapia.

A relatora da matéria na Câmara dos Deputados, deputada Luísa Canziani, discutiu as sugestões dos parlamentares constantes de 224 emendas, com diferentes entidades e especialistas, para aperfeiçoar o texto original. O processo tomou aproximadamente três meses, em um cenário de muitas incertezas e questões emergentes no campo educacional, como se verá na seção seguinte.

Além da MP nº 934, outro documento normativo ampliou as possibilidades das atividades escolares no período pós-fechamento de escolas. O Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril, do Conselho Nacional de Educação (CNE), permitiu a realização de atividades não presenciais como forma de complementação da carga horária escolar. Apesar de ter sido homologado pelo Ministério da Educação em 1º de junho, a norma permitiu maior flexibilidade para a atuação dos sistemas de ensino responsáveis por oferecer a educação básica.

## 4 Dura realidade

Com a suspensão das aulas presenciais e as alternativas encaminhadas pela MP nº 934 e o Parecer CNE/CP nº 5/2020, a rede pública e privada de ensino iniciou a transição para formas alternativas de aprendizagem.

Nesse processo, não houve um movimento coordenado ou articulado pelo Ministério da Educação ou outra instância de coordenação com os demais entes federados. Com base na mudança da legislação, que dispensou o cumprimento do calendário letivo e autorizou o cômputo de atividades não presenciais na integralização da carga horária, cada sistema de ensino buscou se organizar, conforme seu entendimento e realidade.

Havia, nesse momento, grande incerteza quanto à evolução da pandemia no Brasil: quando atingiríamos o pico; quando seriam relaxadas as medidas de distanciamento social; até quando a economia forçadamente retraída seria capaz de se

sustentar; quais seriam os socorros emergenciais dos governos. Nesse contexto, a MP nº 934 foi sendo discutida na Câmara dos Deputados durante o segundo trimestre de 2020, absorvendo as questões que surgiam até o momento de sua aprovação.

Conforme o segundo trimestre avançava, continuávamos sem informações oficialmente consolidadas sobre o número de sistemas de ensino que estavam oferecendo aulas remotas, aulas por meio da TV, usando o rádio ou distribuindo material impresso e qual era o contingente de alunos participantes. Organizações do terceiro setor promoveram pesquisas, que aos poucos foram sendo divulgadas, sobre como as atividades não presenciais estavam sendo realizadas.

O Cieb (2020) publicou em abril, com dados do final de março, o Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto, com 21 secretarias estaduais e 3.011 municipais, segundo o qual 10% dos municípios e 40% dos estados possuíam um processo estruturado para a estratégia por eles definida para atividades não presenciais. A Fundação Lemann (2020) divulgou em junho, com dados de maio e junho, a pesquisa Educação Não Presencial (FUNDAÇÃO LEMANN, ITAÚ SOCIAL e IMAGINABLE FUTURES, 2020), realizada com pais e responsáveis por alunos matriculados em escolas públicas municipais e estaduais, de ensino fundamental e médio, com idades entre 16 e 18 anos, a qual estimou que 74,4% dos estudantes haviam participado de algum tipo de atividade pedagógica não presencial; 24% dos estudantes não haviam recebido nenhum tipo de atividade para fazer em casa e 59% dos responsáveis tinham banda larga na residência. O Iede (2020) publicou, em junho, o Projeto Educação não Pode Esperar, com um universo amostral de 249 redes (232 municipais e 17 estaduais), segundo o qual 82% tinham estratégias para oferecer aulas ou conteúdos pedagógicos. Identificaram-se, nesse aspecto, grandes diferenças regionais. Nas regiões Norte e Nordeste, 27% e 25%, respectivamente, não possuíam estratégias. Nas regiões Sul e Sudeste, todos tinham estratégias em andamento.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Covid-19 – passou a trazer resultados sobre as atividades escolares a partir de julho (IBGE, 2020). Segundo a pesquisa, o contingente de pessoas que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades em julho, foi de 8,7 milhões e o daqueles que tiveram atividades, de 32,6 milhões. Novamente, observaram-se diferenças regionais. Na região Norte, 41,6% das crianças, adolescentes e jovens que frequentavam a escola estavam sem acesso às atividades escolares para realizar em casa. No Sul e Sudeste, esses percentuais eram bem menores, 8,8% e 12,5%, respectivamente.

Com a pandemia, as desigualdades sociais – e, por consequência, na educação – tornaram-se mais visíveis do que nunca. Relatos comuns nos lares de menor renda sobre as dificuldades de se compartilhar o único celular da família para estudar; a falta de ambiente reservado para estudo; a incapacidade de pais ou responsáveis em sanar dúvidas escolares ou a falta de acesso à internet com velocidade suficiente para o processo de ensino-aprendizagem, somados à dificuldade de professores para usar as tecnologias na educação e à dificuldade de comunicação entre as escolas e os responsáveis, foram mais eloquentes nas páginas dos jornais do que nas pesquisas e estatísticas que há anos estão disponíveis sobre a desigualdade na educação.

Estima-se que a população sem acesso à internet em banda larga ou 3G/4G em casa, da escolarização da pré-escola à pós-graduação, seja de 6 milhões de estudantes, dos quais 5,8 milhões estão em instituições públicas de ensino. No ensino fundamental 1 e 2 são 4,35 milhões de estudantes nessa situação (IPEA, 2020). Além disso, o equipamento de acesso à internet mais comum é o celular, presente em 99,2% dos domicílios com acesso à internet. O segundo equipamento mais usado para acessar a rede nesses lares é o microcomputador, presente em 48,1% deles (IBGE, 2018).

A dificuldade de acesso à internet repercutiu na Câmara dos Deputados. Resultou na apresentação de proposições legislativas que regulamentam a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) (PL nº 2.182/2020) – ou a destinação de novos recursos, para a aquisição de pacotes de dados para estudantes e equipamentos de acesso à internet.

Outra questão que impactou a produção legislativa no segundo trimestre foi a fixação da data de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A preocupação com a logística de realização do exame e a equidade em sua aplicação suscitaram manifestações para seu adiamento. Uma data mais distante daria mais tempo para o provimento de alternativas e políticas públicas para garantir a preparação dos estudantes do último ano do ensino médio da rede pública. A manutenção da data do exame pelo MEC, apesar dessas considerações, levou parlamentares a apresentar proposições legislativas cujo teor determinava a suspensão do exame enquanto durasse a pandemia, ou enquanto não fossem retomadas as aulas presenciais, ou enquanto a fixação do calendário não fosse realizada de forma articulada com os entes federados responsáveis pelas matrículas no ensino médio, ou seja, os estados.

O MEC recuou, mas propôs uma consulta pública sobre a nova data aos estudantes, no lugar de negociar com os sistemas de ensino estaduais, processo este também criticado por não levar em consideração a posição dos responsáveis pelo ensino



médio e pelo risco de o resultado ser enviesado pela baixa participação dos estudantes de baixa renda, mais impactados pela pandemia.

A situação se resolveu em 8 de julho, um dia após a aprovação, na Câmara dos Deputados, do parecer da deputada Luísa Canziani sobre a MP nº 934, cujo texto determinava que o MEC deveria ouvir os sistemas de ensino estaduais para a fixação da data do Enem. Marcou-se o exame para janeiro de 2021, em razão do calendário das universidades, e não para maio, mês escolhido pela maioria dos estudantes na consulta pública. Quando da sanção do texto da MP nº 934 aprovado no Congresso Nacional, o Poder Executivo vetou a determinação para que fossem ouvidos os sistemas de ensino estaduais na fixação da data do Enem, sob o argumento de que essa definição é uma prerrogativa exclusiva do sistema de ensino federal.

Ainda em maio, o Instituto Unibanco e o Todos pela Educação (INSTITUTO UNIBANCO e TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020) fizeram projeções sobre os efeitos da retração econômica causada pela pandemia na arrecadação de impostos e, conseqüentemente, nas receitas dos sistemas de ensino estaduais. De acordo com o relatório, “as redes estaduais podem ter queda de 8% a 25%, a depender do cenário, no montante destinado a despesas educacionais – o que significa um potencial de redução de R\$ 28 bilhões considerando todas as unidades da Federação”.

O relatório também fez o levantamento de despesas de 22 redes estaduais e revelou que:

Há uma previsão de gastos adicionais da ordem de pelo menos R\$ 2 bilhões durante os primeiros meses de pandemia e suspensão das aulas presenciais. São despesas com ensino remoto, garantia de alimentação dos estudantes [nova logística de distribuição], comunicação com as famílias, compra de infraestrutura tecnológica, patrocínio de pacotes de dados de internet, além de gastos com formação de professores, compra de materiais de higiene e elaboração de guias informativos.

Essas estimativas fundamentaram a apresentação, na Câmara dos Deputados, de proposição legislativa para garantir socorro emergencial a estados e municípios, na área da educação. Em 8 de junho, grupo de parlamentares apresentou o PL nº 3165/2020, que destina aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 31 bilhões para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, nas redes públicas de educação básica. A matéria encontra-se em tramitação.

No final do segundo trimestre, a relatora da MP nº 934/2020 apresentou seu parecer, com inovações. Seu texto acrescentou, para a educação infantil, a dispensa do cumprimento da carga horária mínima, e não apenas do número mínimo de dias letivos; incorporou orientação constante do Parecer CNE/CP nº 5/2020, como a permissão, para toda a educação básica, a critério dos sistemas de ensino, para a utilização de atividades pedagógicas não presenciais como forma de integralização da carga horária mínima e também autorizou que essa integralização se desse no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um *continuum* de duas séries ou anos escolares.

Sensível às dificuldades de acesso à internet, a relatora também incluiu a determinação para que os sistemas de ensino que optarem por adotar atividades pedagógicas não presenciais assegurem, em suas normas, que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades.

Com relação às instituições de educação superior, a dispensa da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias letivos foi mantida, desde que obedecida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso e assegurado o não prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão. Foi incluída, também, a permissão para que atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, sejam usadas para fins de integralização da respectiva carga horária exigida.

Uma importante incorporação ao texto foi a garantia de atendimento educacional, adequado às condições individuais, aos estudantes da educação básica e da educação superior, em situação excepcional de risco epidemiológico decorrente da Covid-19. Essa atenção deverá ser realizada, em termos equivalentes ao previsto na legislação, para o aluno da educação básica internado para tratamento de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar, por tempo prolongado.

Houve, ainda, a preocupação em se garantir a manutenção dos programas suplementares de atendimento aos estudantes da educação básica e dos programas de assistência estudantil aos estudantes da educação superior, no ano letivo afetado pelo Estado de Calamidade Pública. Essa determinação também decorre da preocupação com a situação fiscal dos entes federados e atua no sentido de garantir que esses programas não sejam interrompidos ou suspensos.

Nessa direção, a relatora também assegurou que a flexibilização do número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar não afetasse o uso de, no mínimo, duzentos dias letivos para o cálculo dos repasses da União aos entes federados, relativos aos programas de alimentação e transporte escolar.

Outra incorporação, decorrente das dificuldades técnicas e financeiras enfrentadas pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, foi a determinação de que a União, por meio do Ministério da Educação, deverá prestar assistência técnica e financeira, de forma supletiva, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, no provimento dos meios necessários ao acesso dos profissionais da educação e dos alunos da educação básica pública às atividades pedagógicas não presenciais adotadas pelos sistemas de ensino, durante o Estado de Calamidade Pública e também no retorno às atividades escolares regulares.

Essa determinação fundamentou-se no § 1º do art. 211 da Constituição Federal, que estabelece as bases do regime de colaboração que deve orientar a prestação do serviço educacional pelo Estado. Esse dispositivo dispõe que:

[...]

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

No parecer à MP nº 934, a relatora especificou que a referida assistência financeira deveria ser financiada com recursos do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações, instituído pela Emenda Constitucional nº 106/2020, em razão da pandemia, comumente chamado nos meios de comunicação de Orçamento de Guerra.

No entanto, quando da sanção da matéria, o presidente da República vetou a referida assistência financeira em razão de não haver uma dotação orçamentária anterior à pandemia para lastrear a assistência financeira nem haver uma dotação específica no regime fiscal extraordinário para garanti-la.

O parecer da relatora também incluiu a permissão para que os recursos do PNAE fossem transferidos à conta dos pais dos estudantes ou dos seus responsáveis, aperfeiçoamento em relação à permissão concedida no início de abril pela Lei nº 13.987/2020, que determina a distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos com os recursos do PNAE aos pais dos alunos ou a seus responsáveis. A ideia por trás dessa mudança era aumentar a segurança sanitária para os pais ou responsáveis. Essa incorporação também foi vetada quando da sanção da matéria. O Poder

Executivo argumentou que não haveria como garantir que os recursos fossem utilizados pelas famílias para alimentação.

Ao final, o parecer da deputada Luísa Canziani foi aprovado, em 7 de julho, na Câmara dos Deputados, e, em 23 de julho, no Senado Federal, sem alterações. Em 18 de agosto, a MP nº 934/2020 foi transformada na Lei nº 14.040/2020, com vetos do presidente da República à determinação da assistência financeira supletiva da União aos sistemas de ensino estaduais e municipais, para o acesso dos estudantes à internet e para a retomada das aulas presenciais; à autorização para o repasse dos recursos do PNAE diretamente aos pais e responsáveis pelos alunos e à definição da data do Enem em colaboração com os sistemas de ensino estaduais. Até 31 de agosto de 2020, os vetos não haviam sido apreciados pelo Congresso Nacional.

## 5 O ano de 2020 não parou

Apesar das dificuldades geradas pela pandemia, como a suspensão do funcionamento das comissões e a prioridade de votação às questões diretamente relacionadas à crise sanitária, conseguiu-se aprovar a principal pauta do início do ano para a educação.

O Fundeb foi aprovado no Plenário virtual da Câmara dos Deputados, em 21 de julho, e, no Senado Federal, em 25 de agosto. Em 26 de agosto, as Mesas de ambas as Casas legislativas promulgaram a Emenda Constitucional (EC) nº 108, que o tornou permanente. Deve-se, agora, aprovar sua regulamentação, que está sendo discutida no âmbito do PL nº 4.372/2020.

A EC nº 108/2020 constitui-se em marco histórico para a história da educação no Brasil, pois (1) reconhece o legado da política de fundos, ao tornar permanente o sistema que distribui os recursos vinculados à educação com base no cômputo das matrículas escolares e na complementação da União para os estados que não atinjam o valor mínimo por aluno, definido nacionalmente; (2) amplia a contribuição da União, de 10% para 23% dos recursos do Fundeb, por meio de duas novas modalidades de complementação; (3) orienta a distribuição dos novos recursos da União para as redes de ensino municipais, de forma a garantir, por exemplo, complementação para municípios pobres em estados que não recebem a complementação estadual, assegurando, ainda, que metade seja direcionada para a educação infantil; e (4) prevê complementação também para redes públicas, estaduais ou municipais que

consigam cumprir condicionalidades de melhoria de gestão, com evolução de indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem, com redução das desigualdades.

Além do Fundeb, há outras pautas de natureza estruturante que se mostraram, na pandemia, urgentes, devendo ser discutidas neste período. Ficou evidente a necessidade da regulação da articulação vertical entre os sistemas de ensino, com a União apoiando os sistemas estaduais e municipais, técnica e financeiramente, como determina a Constituição Federal. A falta de instâncias interfederativas de articulação e pactuação facilitou o isolamento e a pouca colaboração entre os sistemas de ensino.

Existem na Câmara dos Deputados proposições legislativas que buscam regular o regime de colaboração previsto na Constituição Federal na área da educação. O Projeto de Lei Complementar nº 25/2019, por exemplo, institui o Sistema Nacional de Educação, fixando normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios e criando instâncias de diálogo e decisão entre eles.

As parcerias horizontais entre estados, ou entre municípios, para a atuação em territórios que ultrapassam fronteiras, mas que enfrentam problemas similares, são também outra forma de cooperação ainda pouco utilizada no Brasil. Alguns pontos da gestão pública precisam ser flexibilizados, para permitir melhor uso desse esforço conjunto de infraestrutura física e capital humano, de diferentes entes federados e administrações públicas. Essa matéria é objeto também de proposições sobre os chamados arranjos de desenvolvimento da educação, como o PL nº 2.417/2011.

Também o estágio atual de desenvolvimento da economia e da sociedade suscitam a urgência da implementação de uma política nacional de inovação e tecnologia na educação que tenha lugar de relevância nas políticas públicas do Ministério da Educação e dos demais sistemas de ensino. Em 2017, o Poder Executivo, após instituir, por meio do Decreto nº 9.204/2017, o Programa de Inovação Educação Conectada, enviou ao Congresso Nacional o PL nº 9.165/2017, com o objetivo de transformar esse programa em política pública permanente. A Câmara dos Deputados o aprovou antes do encerramento da sessão legislativa e a matéria se encontra atualmente sob a identificação de Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 142/2018, no Senado Federal, para discussão e votação.

A relevância sobre a centralidade da tecnologia na sociedade atual e, portanto, sua presença na escola, está reconhecida no PNE, por meio das estratégias para cumprimento da meta nº 7, que tem por objetivo fomentar a qualidade da educação básica. Destacamos, a título de exemplo, as seguintes: universalizar (até 2019) o

acesso à internet em banda larga de alta velocidade e triplicar (até 2024) a relação computador/aluno para promover a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação (estratégia 7.15); prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas (estratégia 7.20); informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação (estratégia 7.22).

O cumprimento dessas estratégias está atrasado e, antes da pandemia, era considerado meio fundamental para o que se denomina educação do futuro. A crise sanitária veio a confirmar que se trata da educação do presente, e muitos dos efeitos da pandemia na educação poderiam ter sido amenizados, caso essas estratégias já estivessem implementadas.

Espera-se que as dificuldades trazidas pela calamidade pública, no lugar de afastar a discussão sobre as proposições tratadas nesta seção, valorizem sua importância e, assim como ocorreu no Fundeb, sejam encaminhadas o quanto antes.

## 6 Sobre a retomada das aulas presenciais

Em 31 de agosto, apenas os estados do Amazonas e do Maranhão haviam iniciado a retomada das aulas presenciais (FENEP, 2020). Na semana epidemiológica 35 (de 16 a 29 de agosto), a média móvel dos últimos 7 dias foi de 37.684 casos e 887 óbitos.

Na polêmica sobre a abertura das escolas, o medo do contágio e do recrudescimento da pandemia – longe de estar controlada, conforme os dados do parágrafo anterior – se opõe à preocupação com os efeitos prolongados do distanciamento social sobre a saúde mental dos alunos, à precariedade da aprendizagem e à disrupção nas famílias em que pais ou responsáveis precisam passar o dia fora trabalhando, sem que possam contar com o auxílio dos parentes mais velhos, hoje em situação de risco.

A Cexcorvi (BRASIL, 2019a) debateu essas questões, em julho passado, na reunião técnica intitulada “A retomada das atividades escolares”, com representantes da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, do Fórum das Entidades Representativas do Setor de Ensino Superior Particular, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Educação (CNTE), do Todos pela Educação e da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC).

A par do entendimento de que o momento do retorno deve ser definido com base em dados epidemiológicos, cujos indicadores estão propostos pela Fiocruz (2020), existe a compreensão de que não se deve postergar o planejamento intersetorial para o retorno das atividades escolares, sob o risco de se perder mais tempo e se acumularem os prejuízos.

Em maio de 2020, o Todos pela Educação (2020) apresentou subsídios para a discussão sobre a retomada das aulas presenciais, com destaque para as mensagens de que (1) os impactos emocionais, físicos e cognitivos demandariam ação intersetorial, com envolvimento no mínimo das áreas de Saúde e Assistência Social e (2) a multiplicidade de frentes de ação, como reorganização do calendário, avaliação diagnóstica inicial, programas de recuperação da aprendizagem e comunicação frequente com as famílias dos alunos, exigiria cooperação entre os órgãos que atuam diretamente ou indiretamente com a educação básica.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2020n) também defende que:

[O] processo de reabertura das escolas é complexo e demanda esforços de diversos setores, bem como congrega uma série de práticas políticas, sociais, gerenciais, sanitárias e assistenciais. Dessa forma, o planejamento e organização definidos de forma intersetorial são essenciais durante e após a reabertura das escolas.

Com o propósito de regular as bases de um sistema de colaboração intersetorial que atenda à complexidade das ações necessárias para a abertura das escolas, um conjunto de parlamentares apresentou, em 28 de maio, o PL nº 2949/2020, que “dispõe sobre a estratégia para o retorno às aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19)”.

Nos termos da justificação do Projeto de Lei nº 2949/2020, a iniciativa busca criar mecanismos para que as decisões sobre as diretrizes e protocolos que devem ser cumpridos para o retorno das atividades escolares presenciais sejam pactuados e coordenados não apenas em cada um dos níveis de governo (nacional, estadual ou municipal), mas também entre eles e com outros setores além da educação. Em junho, a matéria recebeu aprovação para tramitar com urgência e, desde então, encontra-se pronta para pauta no Plenário virtual.

## 7 Produção da Câmara dos Deputados na pandemia

A produção apresentada nesta seção abrange o período de 11 de março a 31 de agosto de 2020. As proposições constituem projetos de lei e projetos de decreto legislativo para sustação de atos do Poder Executivo. Não incluem, portanto, indicações ou requerimentos apresentados. A pesquisa foi feita pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, na base do Sistema de Informação Legislativa, com argumento de busca no tema educação.

As comissões em funcionamento, além da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e a Comissão Mista de Apreciação das Medidas Provisórias, são a Comissão Externa Destinada a Acompanhar as Ações Preventivas da Vigilância Sanitária e Possíveis Consequências para o Brasil quanto ao Enfrentamento da Pandemia Causada pelo Coronavírus (Cexcorvi) e a Comissão Mista Destinada a Acompanhar a Situação Fiscal e a Execução Orçamentária e Financeira das Medidas Relacionadas à Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Relacionada à Covid-19 – CN-Covid19 –, cuja relatoria cabe a um deputado federal, o deputado Francisco Júnior.

Nesse período, localizamos 265 projetos de lei e projetos de decreto legislativo, listados no Apêndice 1, com informação de data de apresentação, autor e ementa. Observamos, na pesquisa, alguns conjuntos de proposições com teor similar ou idêntico, cujas ocorrências somamos para identificarmos as propostas que mais demandaram a atuação dos parlamentares. Eles estão dispostos no Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 – Proposições apresentadas por deputados federais, com mais de dez ocorrências**

Assunto	Quantidade	% em relação ao total de proposições apresentadas
Redução mensalidades escolares	38	14,3%
Suspensão Enem	31	11,7%
Suspensão e anistia parcelas Fies	29	11,0%
Acesso à internet para alunos e escolas	23	8,7%
Auxílio setor transporte escolar	17	6,4%
Alimentação escolar	16	6,0%
Flexibilização calendário letivo	14	5,3%
Corte bolsas pós-graduação	11	4,2%



Assunto	Quantidade	% em relação ao total de proposições apresentadas
Total de proposições apresentadas	265	67,6%

Fonte: elaboração da autora, com dados levantados até 31 de agosto de 2020, baseados em BRASIL (2020e).

O tema apoio direto a estudantes é o que apresentou maior número de proposições. Encontramos nesse grupo, além de ações para redução das mensalidades escolares, suspensão do pagamento das parcelas do Fies e alimentação escolar, outras 22 proposições com assuntos variados, como assistência estudantil e garantia do pagamento das bolsas de estágio.

Atividades de ensino na pandemia, segundo maior conjunto de proposições, engloba 23 proposições relacionadas ao acesso à internet para alunos e escolas da rede pública, incluídos pacotes de dados, equipamentos para conexão, utilização de recursos do Fust e incentivos fiscais para aquisição de equipamentos; flexibilização do calendário escolar, ensino remoto, atividades escolares não presenciais e estratégia de retomadas das aulas presenciais, dentre outros.

Conforme já analisado anteriormente, a fixação da data do Enem gerou muita mobilização em favor do seu adiamento, com vistas a garantir maior tempo para que a rede pública se reorganizasse para preparar os alunos do último ano do ensino médio para o exame. É o terceiro tema com maior número de proposições. Classificamos todas elas em uma única categoria: acesso à educação superior.

Os demais temas agrupam menos de vinte proposições cada. Em Educação Superior na Área de Saúde, há proposições relacionadas a estudantes de cursos de saúde, médicos residentes, contratação de médicos formados em instituições estrangeiras (Programa Mais Médicos) e revalidação de diplomas de medicina obtidos em instituições estrangeiras (Programa Revalida). Em Profissionais da Educação, há proposições que prorrogam os contratos de professores substitutos na rede pública, dispõem sobre a testagem e imunização dos profissionais da educação, regulam o trabalho remoto e o acúmulo de banco de horas, dentre outros assuntos.

Em Outros, há uma variedade de proposições que não formaram um conjunto homogêneo a ser categorizado. Há desde a tipificação de agravantes ao crime de peculato, se cometido na área da educação, até o incentivo ao voluntariado e o auxílio à agricultura familiar, por meio do Pnae.

Com menor número de ocorrências, identificamos as proposições que propõe auxílio, incentivo fiscal, linha de crédito, flexibilização e regulação de normas e contratos trabalhistas, em favor das instituições de ensino privado.

As proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados foram discutidas nas seções anteriores e se encontram listadas no Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2 – Proposições aprovadas na área da educação**

Proposição	Assunto	Norma jurídica
MPV nº 934/2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020; e altera a Lei nº 11.947/2009 (flexibilização do período letivo escolar e acadêmico)	Lei nº 14.040/2020
PL nº 786/2020	Altera a Lei nº 11.947/2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica	Lei nº 13.987/2020
PL nº 1.079/2020	Altera a Lei nº 10.260/2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por sessenta dias, contados da data de publicação desta lei, prorrogáveis por igual prazo pelo Poder Executivo	Lei nº 14.024/2020
PEC nº 15/2015	Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências	Emenda Constitucional nº 108

Fonte: elaboração da autora, com dados levantados até 31 de agosto de 2020, baseados em BRASIL (2020e).

As comissões em funcionamento também se mobilizaram em torno de assuntos educacionais. A Cexcorvi reuniu-se, em 7 de julho, para discutir a retomada das atividades escolares, e a CN-Covid19 organizou audiências públicas para discutir os efeitos da pandemia na área da educação e o seu enfrentamento. O Quadro 3 a seguir elenca as reuniões realizadas.

**Quadro 3 – Audiências públicas nas comissões temporárias  
sobre temas relacionados à educação**

Comissão	Data	Título	Convidados
CEXCORVI	7/7/2020	A retomada das atividades escolares	Escola Nacional de Saúde Pública da Fio-cruz, Fórum das Entidades Representativas do Setor de Ensino Superior Particular, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Todos pela Educação e Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu)
CN-COVID19	9/7/2020	O panorama da educação diante da pandemia	Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Sul
CN-COVID19	20/7/2020	Os rumos da educação brasileira: impactos, desafios, soluções práticas e perspectivas da retomada do ensino com mitigação dos impactos causados pela pandemia de Covid-19	Federação Nacional das Escolas Particulares – Fenep, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica MEC
CN-COVID19	4/8/2020	Audiência pública para debater a educação diante do cenário de pandemia causada pelo Covid-19	Secretário de educação de Sobral/CE, Secretária de educação básica do Ministério da Educação, relatora do Fundeb na Câmara dos Deputados, representante do Todos pela Educação

Fonte: elaboração da autora, com dados levantados até 31 de agosto de 2020, baseados em BRASIL (2020a).

## 8 Quanto custa essa conta?

Não poderíamos encerrar sem refletir sobre os custos da crise. Há muitos, na conta da pandemia. O maior deles são as vidas que se foram e as perdas dos que com elas se relacionavam. Há também as sequelas na saúde de muitos sobreviventes, por cauda da Covid-19 ou dos tratamentos que deixaram de fazer por medo dela; a crise, ou até bancarrota financeira, de tantos outros; e, para muitos, a fome. Há, no entanto, um custo que não é visível como esses, que está previsto em estudos matemáticos e

que, por não ser tão evidente, corre o risco de não ser incorporado no debate das políticas públicas pós-pandemia ou mesmo agora. Trata-se do custo da perda de aprendizagem.

Em junho passado, o Insper (2020) estimou o custo social que o país contabiliza todo ano pelo fato de seus jovens não concluírem a educação básica. O resultado é que, anualmente, o país perde R\$ 372 mil por jovem que não a conclui, consideradas quatro dimensões: empregabilidade e remuneração dos jovens; efeitos que a remuneração dos jovens tem para a sociedade (externalidades); longevidade com qualidade de vida e violência. Segundo o Insper, mantido o ritmo atual, 17,5% dos jovens que hoje têm 16 anos não completarão a educação básica (pré-escola, fundamental e médio), o equivalente a 575 mil jovens. Ao todo, portanto, o país perderia R\$ 214 milhões por ano, quatro vezes mais do que gastaria para financiar a educação básica deles. A perda econômica adicional para a sociedade, devido a externalidades econômicas, ou seja, às perdas de produtividade que a escolaridade incompleta acarreta, seria de R\$ 54 mil por jovem que não conclui a educação básica.

A discussão sobre os custos da perda de aprendizagem também está presente em brochura especial sobre o impacto da pandemia na educação, escrita por Andreas Schleicher, idealizador do Pisa, e publicada junto com o relatório *Education at a Glance 2020*, da OCDE. Segundo Schleicher (2020), considerando-se o fato de que a perda de aprendizagem leva à perda de habilidades e que as habilidades de uma pessoa se relacionam a sua produtividade, calcula-se que a perda das atividades escolares em um terço do ano teria como impacto a redução em média de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) pelo resto do século, para os países da OCDE. Isso equivale, em valores atuais, a 69% do PIB de um desses países. Essa estimativa considera a perda de produtividade apenas do grupo de estudantes afetados pelo fechamento das escolas nesse período. Se as escolas, no entanto, demorarem a retornar aos níveis de *performance* anteriores, as perdas serão ainda maiores.

Podemos refletir, consideradas essas informações, que, ao contrário do que muitos pensam, não estamos todos na mesma situação quando se calculam os prejuízos e angústias causados pela suspensão das atividades presenciais nas escolas de todo o mundo. Os países que melhor estiverem preparados para mitigar os efeitos da crise sanitária na área da educação, durante e após a pandemia, terão vantagens para se recuperar social e financeiramente com mais rapidez. Considerando-se também que os países estão juntos numa arena comercialmente competitiva, perda de

produtividade inclui perda de posições e oportunidades no mercado internacional, em outras palavras, perda de receitas.

Ainda assim, mesmo levando em conta que a conta será paga em quotas diferentes, será paga por todos. De forma imediata e mais profunda, para os que, neste momento, estão sem acesso à educação de qualidade e em situação de vulnerabilidade, na linha de frente de combate à pandemia. Mais a longo prazo para os demais, pois o peso de uma sociedade sem capacitação à altura dos desafios da nova sociedade e da nova economia, digitalizada, conectada, colaborativa e inovadora, recai sobre todos nós, por meio da qualidade na prestação de serviços públicos e privados de saúde, segurança, educação, das oportunidades de negócios e de trabalho e das práticas coletivas, especialmente em momentos disruptivos como este.

Como afirmou Schleicher, a lição da crise de hoje é a necessidade de colocarmos os sistemas de ensino no centro do planejamento da capacidade para reagirmos a crises futuras, por meio do desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes para a construção de uma sociedade resiliente.

A atuação da Câmara dos Deputados, nesse contexto, tem sido a de contribuir para o aperfeiçoamento legal do sistema educacional e a fiscalização das políticas públicas em favor da educação, especialmente as constantes do PNE, não apenas na implementação e uso dos recursos públicos, mas também na avaliação das evidências que embasem sua formulação. Aproveitamos para destacar a importância de matérias estruturantes, como a regulação do sistema nacional de educação e do regime de colaboração entre os diferentes entes federados e a regulamentação do Fundeb.

Por último, e muito importante, acreditamos que é fundamental a contribuição da Câmara dos Deputados na construção de uma agenda que defenda a inclusão, com prioridade no sistema educacional, de uma política nacional de tecnologia na educação, a par do acompanhamento da implementação da estratégia de transformação digital vigente. A pandemia demonstrou a centralidade da tecnologia no cotidiano do estágio atual de nossa economia e sociedade, e ela não pode ficar de fora da escola e do alcance da competência de professores e gestores.

## Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Audiências públicas em comissões temporárias (2020)** [levantamento efetuado por Carolina César Ribeiro no sítio oficial da Câmara dos Deputados]. Brasília: Câmara dos Deputados, 31 ago. 2020, 2020a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão externa destinada a acompanhar ações preventivas da vigilância sanitária e possíveis para o Brasil quanto ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus – Cexcorvi. **Ato de criação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/enfrentamento-pandemia-covid-19/conheca-a-comissao/criacao-e-constituicao/ato-de-criacao-e-aditamento>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico. **Ato de criação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/ministerio-da-educacao-e-planejamento-estrategico/conheca-a-comissao/criacao-e-constituicao/criacao>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lista de Reuniões Técnicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019c. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/enfrentamento-pandemia-covid-19/documentos/reunioes-tecnicas>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer ao Projeto de Lei nº 786/2020** pela Comissão de Educação; Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020b. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1870389&filename=Tramitacao-PL+786/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870389&filename=Tramitacao-PL+786/2020)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer de Plenário nº 2 à Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2015**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020c. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1915114&filename=Tramitacao-PEC+15/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1915114&filename=Tramitacao-PEC+15/2015)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer Preliminar de Plenário nº 3 à Medida Provisória nº 934**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020d. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=54593222A677EED8E0A7FEC374386F37.proposicoesWebExterno2?codteor=1909030&filename=Tramitacao-MPV+934/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=54593222A677EED8E0A7FEC374386F37.proposicoesWebExterno2?codteor=1909030&filename=Tramitacao-MPV+934/2020)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposições apresentadas por deputados federais de 11 de março de 2021 a 31 de agosto de 2020** [pesquisa interna do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (Cedi)]. Brasília: Cedi, Câmara dos Deputados, 31 ago. 2020, 2020e.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19) – CN-Covid-19. **Lista de reuniões de audiências públicas**. Brasília: Congresso Nacional, 2020f. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/audiencias?1&codcol=2342>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018.** Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Brasília: Congresso Nacional, 2020g. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.** Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Brasília: Congresso Nacional, 2020h. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.** Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Brasília, Congresso Nacional, 2020i. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020j. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o Estado de Calamidade Pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020k. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020l. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial: Semana epidemiológica 35 (23 a 29 de agosto)**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, 2020m. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/September/02/18h-Boletim-epidemiologico-COVID-29-final.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica no contexto da pandemia da Covid-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020n. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/September/18/doc-orientador-para-retomada-segura-das-escolas-no-contexto-da-covid-19.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para ensino remoto**. São Paulo: Cieb, 2020. Disponível em: <<https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19. Brasília: CNE, 2020. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category)>. Acesso em: 24 set. 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES. **Mapa de retorno das atividades educacionais presenciais no Brasil**. Brasília: Fenep, 2020. Disponível em: <<https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/atualizacao-diaria-mapa-de-retorno-das-atividades-educacionais-presenciais-no-brasil/>>. Acesso em: 24 set. 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO OSWALDO CRUZ. **Contribuições para o retorno às atividades presenciais escolares no contexto da pandemia Covid-19**. Brasília: Fiocruz, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/contribuicoes-para-o-retorno-atividades-escolares-presenciais-no-contexto-da-pandemia-de>>. Acesso em: 24 set. 2020.

FUNDAÇÃO LEMANN; ITAÚ SOCIAL; IMAGINABLE FUTURES. **Educação não presencial**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/materiais/educacao-nao-presencial-74-dos-alunos-recebem-atividades>>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSPER; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Consequências da violação do direito à educação**. São Paulo: Insper, Fundação Roberto Marinho, 2020. Disponível em: <<https://frm.org.br/sem-categoria/indicadores-de-consequencia>>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal PNAD Contínua 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=downloads>>. Acesso em 24 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Covid-19 – Julho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101745.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36561&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36561&Itemid=9)>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil**. Brasília: Inep/MEC, 2019. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206)>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Press Kit Saeb 2019**. Brasília: Inep/MEC, 2020. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2019/presskit/PressKit\\_Saeb\\_2019.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/presskit/PressKit_Saeb_2019.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB**: evidências da edição 2017. Brasília: Inep/MEC, 2018. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=94161-saeb-2017-versao-ministro-revfinal&category\\_slug=agosto-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=94161-saeb-2017-versao-ministro-revfinal&category_slug=agosto-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO UNIBANCO; TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Covid-19 Impacto fiscal na educação básica**: o cenário de receitas e despesas nas redes de educação em 2020. São Paulo: Instituto Unibanco; Brasília: Todos pela Educação, 2020. Disponível em: <[https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Impacto\\_covid-19\\_educacao-FINAL..pdf](https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Impacto_covid-19_educacao-FINAL..pdf)>. Acesso em: 24 set. 2020.

INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL. **A educação não pode esperar**. Brasília: Iede, 2020. Disponível em: <<https://www.portaliiede.com.br/estudo-a-educacao-nao-pode-esperar-82-das-redes-de-ensino-municipais-estao-ofertando-atividades-no-momento/>>. Acesso em: 24 set. 2020.

SCHLEICHER, ANDREAS. **The Impact of Covid-19 on Education**: Insights from *Education at a Glance 2020*. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <<https://www.oecd.org/education/the-impact-of-covid-19-on-education-insights-education-at-a-glance-2020.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19**. São Paulo: Todos pela Educação, 2020. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/433.pdf?1194110764](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/433.pdf?1194110764)>. Acesso em: 24 set. 2020.

## Apêndice – Proposições apresentadas por deputados federais em 2020 sobre temas relacionados à educação (11/3/2020 a 31/8/2020)

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 612/2020	Permite que o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira seja realizado por instituições de ensino superior privadas.	Alan Rick	11/3/2020
PL nº 680/2020	Acrescenta parágrafo ao Art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Maria do Rosário	17/3/2020
PL nº 681/2020	Dispõe sobre a criação de benefícios financeiros no âmbito do Programa Bolsa Família, devidos durante a suspensão das atividades escolares provocada pela pandemia do vírus Covid-19.	Natália Bonavides	17/3/2020
PL nº 712/2020	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral e dá outras providências.	Eduardo Bolsonaro	18/3/2020
PL nº 786/2020	Altera dispositivo na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 1999, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.	Hildo Rocha	19/3/2020
PL nº 813/2020	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES em caso de pandemias, doenças infectocontagiosas ou outras situações graves ou emergenciais.	Professora Rosa Neide	23/3/2020
PL nº 824/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 2009, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situações de emergência ou calamidade pública, a distribuição, aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, de gêneros alimentícios adquiridos com recursos desse Programa e a transferência direta desses recursos, pela União e pelos entes federados subnacionais, por meio de cartão magnético bancário.	Professora Dorinha Seabra Rezende	23/3/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 865/2020	Acrescenta artigo à Lei nº 11.947, de 2009, que rege, entre outras matérias, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão da pandemia do coronavírus, a distribuição direta aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica de gêneros alimentícios adquiridos com esses recursos.	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	23/3/2020
PDL nº 99/2020	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020.	Helder Salomão	24/3/2020
PDL nº 101/2020	Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes.	Alice Portugal	24/3/2020
PL nº 901/2020	Dispõe sobre a manutenção das ações de assistência estudantil em períodos de suspensão de aulas decorrentes de medidas sanitárias.	Rubens Otoni	24/3/2020
PL nº 907/2020	Dispõe sobre atividades complementares de cursos técnicos, tecnológicos e superiores em casos de estado de calamidade pública e epidemia do coronavírus (Covid-19).	Marcel van Hattem	24/3/2020
PL nº 938/2020	Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado	Lucas Gonzalez	24/3/2020
PL nº 975/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que “dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências”, para assegurar a manutenção da alimentação escolar em caso de situação de emergência ou estado de calamidade.	Camilo Capiberibe	24/3/2020
PDL nº 105/2020	Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 09 de março de 2020, que “Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.	André Figueiredo	25/3/2020
PDL nº 109/2020	Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que “Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.	Fernanda Melchionna	25/3/2020
PL nº 1.007/2020	Insere parágrafos nos arts. 24 e 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para flexibilizar a carga horária mínima anual da educação básica em situações de calamidade pública.	Capitão Alberto Neto	25/3/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.025/2020	Dispõe sobre medidas para garantir a segurança alimentar de alunos de instituições escolares públicas de educação básica e para beneficiários do Programa Bolsa Permanência na educação superior pública federal, durante a suspensão de aulas diante de situações de emergência ou calamidade pública. Explicação: Altera a Lei nº 11.947, de 2009.	Erika Kokay	25/3/2020
PDL nº 1.12/2020	Susta a Portaria nº 34, de 09 de março de 2020, do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: Capes.	Margarida Salomão	26/3/2020
PL nº 1.079/2020	Dá nova redação aos dispositivos que menciona da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e dá outras providências.	Denis Bezerra	26/3/2020
PL nº 1.084/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 2009, a Lei 10.880, de 2004 e a Lei 11.494, de 2007, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a fim de flexibilizar o uso dos recursos de repasse para municípios, estados e Distrito Federal, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situações de emergência ou calamidade pública para garantia de alimentação escolar.	Felipe Rigoni	26/3/2020
PL nº 1.085/2020	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão temporária de contagem de prazos e de pagamentos de obrigações financeiras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante a decretação de calamidade sanitária destinada ao combate da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Felipe Rigoni	26/3/2020
PL nº 1.105/2020	Acrescenta artigo à Lei nº 11.947, de 2009, com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para autorizar, durante o período de suspensão das aulas em razão de situações de emergência de saúde pública, a distribuição direta aos pais e responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, de recursos financeiros recebidos à conta desse Programa e de gêneros alimentícios adquiridos com esses recursos.	Dra. Soraya Manato	26/3/2020
PL nº 1.108/2020	Dispõe sobre o funcionamento da rede privada de educação durante períodos de calamidade pública e dá outras providências.	Felipe Carreras	26/3/2020
PL nº 1.111/2020	Dispõe sobre a suspensão de cobrança das parcelas do pagamento do Fies e a vedação de interrupção ou corte das bolsas de estudo e auxílios, na forma que menciona.	Marcelo Freixo	26/3/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.114/2020	Inserir o art. 5-D na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para dispor sobre a suspensão do pagamento de débitos e mensalidades durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.	Sâmia Bomfim	26/3/2020
PL nº 1.119/2020	Obriga as instituições de ensino fundamental e médio da rede privada a reduzirem a suas mensalidades em, no mínimo, 30% (trinta por cento) enquanto persistir à suspensão presencial das aulas em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (Covid-19).	Clarissa Garotinho	26/3/2020
PDL nº 115/2020	Susta os efeitos da Portaria GAB/Capes nº 34, de 09 de março de 2020, que “dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.	Maria do Rosário	27/3/2020
PDL nº 119/2020	Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que “Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.	Gustavo Fruet	27/3/2020
PDL nº 120/2020	Susta os efeitos da Portaria Nº 34/2020, que “redefine as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.	João Daniel	27/3/2020
PDL nº 122/2020	Susta parcialmente os efeitos da Portaria nº 34, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes.	Tabata Amaral	27/3/2020
PL nº 1.129/2020	Estabelece que, enquanto perdurar o estado de calamidade causado pelo novo coronavírus, o percentual de 7% (cinco por cento) dos recursos arrecadados com todos os concursos de prognósticos seja repassado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS)	Jose Mario Schreiner	27/3/2020
PL nº 1.132/2020	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão temporária de pagamentos referentes a obrigações financeiras e contagem de prazos por parte dos estudantes beneficiários e de instituições de ensino do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) enquanto perdurar a paralisação de atividades letivas em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Marcelo Calero	27/3/2020
PL nº 1.180/2020	Permite que os estudantes do último ano dos cursos da área da saúde, sob supervisão profissional, possam ser convocados para o combate de calamidade pública decorrente de epidemias.	Heitor Freire	30/3/2020



Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.183/2020	Dispõe sobre a obrigação das instituições de ensino superior, colégios particulares e demais cursos técnicos, a aplicarem o desconto no valor das mensalidades de um curso presencial no período de combate ao coronavírus (Covid-19).	Vaidon Oliveira	30/3/2020
PL nº 1.262/2020	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino e dá outras providências, para dispensar os estudantes beneficiários do Fies do pagamento das amortizações dos financiamentos e dos encargos operacionais enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Pompeo de Mattos	30/3/2020
PL nº 1.269/2020	Dispõe sobre medidas de proteção a beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no que tange à suspensão de pagamento de suas prestações pelo prazo de 12 meses em decorrência da vigência do Estado de Calamidade Pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/3/2020.	Perpétua Almeida	30/3/2020
PL nº 1.287/2020	Ficam as instituições de ensino infantil, fundamental, médio e superior da rede privada que optaram pelo Ensino a Distância (EAD), obrigadas a reduzirem as suas mensalidades em, no mínimo, 20% (vinte por cento), mediante formulário de requisição do estudante ou seu representante legal, durante o período que durar o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus causador da Covid-19 e dá outras providências.	Emanuel Pinheiro Neto	30/3/2020
PL nº 1.294/2020	Dispõe sobre a redução proporcional e suspensão das obrigações das mensalidades na rede privada de ensino superior durante a pandemia do Covid-19.	Benedita da Silva	31/3/2020
PL nº 1.311/2020	Dispõe sobre a redução proporcional e suspensão das obrigações das mensalidades na rede privada de ensino superior durante a pandemia do Covid-19.	Benedita da Silva	31/3/2020
PL nº 1.356/2020	Determina a redução de valores de mensalidades cobradas por instituições privadas de ensino, autorizadas pelo MEC, durante a suspensão das atividades escolares presenciais determinadas pelas autoridades públicas, em face da pandemia da Covid-19 (coronavírus).	Delegado Marcelo Freitas	31/3/2020
PL nº 1.375/2020	Institui o Programa Bolsa Permanência para estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior e dá outras providências.	Erika Kokay	1º/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.420/2020	Altera dispositivo da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.	Domingos Neto	1º/4/2020
PL nº 1.447/2020	Determina a todas as escolas públicas, municipais, estaduais, federais e também às escolas particulares o envio de material pedagógico a seus alunos e aos responsáveis via eletrônica, durante o período em que durar o decreto de calamidade pública e isolamento social.	Alexandre Frota	2/4/2020
PL nº 1.454/2020	Determina uma redução de 50% (cinquenta por cento) nas mensalidades escolares, em colégios e escolas particulares, durante o período de vigência do decreto de calamidade pública e dá outras providências.	Alexandre Frota	2/4/2020
PL nº 1.456/2020	Assegura a manutenção de bolsas e auxílios aos estudantes das instituições federais de educação superior, durante a pandemia de coronavírus.	José Guimarães	2/4/2020
PL nº 1.460/2020	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão temporária do pagamento de encargos educacionais (mensalidades) do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) durante a calamidade sanitária provocada por pandemia.	Dagoberto Nogueira	2/4/2020
PL nº 1.464/2020	Obriga o funcionamento dos serviços públicos e privados, do comércio, da indústria e das instituições educacionais, durante feriados nacionais no ano de 2020, em todo o território nacional, como forma de compensar as perdas econômicas geradas pelo vírus Covid-19.	Filipe Barros	2/4/2020
PL nº 1.472/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento das parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, enquanto perdurar a paralisação de atividades letivas decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.	Domingos Neto	2/4/2020
PL nº 1.486/2020	Dispõe sobre a redução de 30% (trinta por cento) no valor das mensalidades das instituições de ensino fundamental, médio e superior da rede privada que estejam com funcionamento suspenso por força das medidas de isolamento e quarentena previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Ricardo Izar	2/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.495/2020	Ficam as instituições de ensino superior da rede privada que optaram pelo Ensino a Distância (EAD) ou por Vídeo Conferência, obrigadas a reduzirem as suas mensalidades em 20% (vinte por cento), mediante formulário de requisição do estudante ou seu representante legal, durante o período que durar o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus causador da Covid-19.	Emanuel Pinheiro Neto	2/4/2020
PL nº 1.496/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de redução das mensalidades das instituições privadas de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior durante o estado de calamidade pública relacionado ao Covid-19.	Delegado Waldir	2/4/2020
PL nº 1.501/2020	Dispõe sobre a redução da mensalidade da rede privada em todo território nacional.	Gilberto Abramo	3/4/2020
PL nº 1.509/2020	Suspende por 120 dias a exigibilidade de tributos federais no período de surto do novo coronavírus (Covid-19) para as instituições de ensino privadas, que se abstiverem de aplicar às mensalidades multa, juros e outras sanções, dentre outras providências.	Talíria Petrone	3/4/2020
PL nº 1.516/2020	Dispõe sobre a necessidade de redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o plano de contingência do novo coronavírus, emergência em saúde pública, decreto de calamidade pública em âmbito nacional.	Patricia Ferraz	3/4/2020
PL nº 1.531/2020	Dispõe sobre a concessão de abatimento do saldo devedor a beneficiários do Fies que trabalhem como médicos no Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Explicação: Altera a Lei nº 10.260, de 2001.	José Guimarães	3/4/2020
PL nº 1.568/2020	Dispõe sobre a suspensão na cobrança do pagamento do Programa de Financiamento Estudantil – Fies, pelo prazo de 90 (noventa) dias, devido à pandemia do coronavírus (Covid-19)	Mara Rocha	5/4/2020
PL nº 1.572/2020	Dispõe sobre a concessão de abatimento do saldo devedor a beneficiários do Fies que trabalhem como médicos no Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Explicação: Altera a Lei nº 10.260, de 2001.	José Guimarães	6/4/2020
PL nº 1.608/2020	Dispõe sobre a suspensão da cobrança das parcelas de empréstimos contratados por meio do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020.	Marcelo Freixo	6/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.624/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, para determinar a aplicação de percentual mínimo dos recursos destinados à aquisição de alimentos em caso de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.	Celso Maldaner	6/4/2020
PL nº 1.641/2020	Altera dispositivos da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012.	Aline Sleutjes	7/4/2020
PL nº 1.643/2020	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão de prazos e pagamentos de dos estudantes beneficiários do Fundo e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies e P-Fies) durante 90 (noventa) dias contados do início da emergência sanitária vinculada à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Benedita da Silva	7/4/2020
PL nº 1.650/2020	Dispõe, na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, sobre a suspensão de pagamentos de obrigações financeiras de beneficiários do Fies por 60 (sessenta) dias, a contar do começo da emergência sanitária decretada em resposta à crise do novo coronavírus (Covid-19).	Dra. Soraya Manato	7/4/2020
PL nº 1.663/2020	Acrescenta parágrafos ao Art. 24 da Lei. nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Vicentinho Júnior	7/4/2020
PL nº 1.685/2020	Dispõe sobre medidas emergenciais de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do Covid-19	Padre João	7/4/2020
PL nº 1.713/2020	Dispõe sobre a redução de encargos educacionais em 50% (cinquenta por cento) e sobre a suspensão de pagamento de obrigações financeiras por parte dos alunos beneficiários de financiamento estudantil em cursos regulares presenciais de instituições de ensino privadas, Explicação: Altera as Leis nº 10.260, de 2001 e 9.870, de 1999.	Marreca Filho	8/4/2020
PL nº 1.724/2020	Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino pelo período em que perdurar o estado de emergência e calamidade pública declarada em decorrência da pandemia Covid-19 no Brasil.	Celina Leão	8/4/2020
PL nº 1.739/2020	Atribui nova redação à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para incluir o artigo 15-N, que cuida da suspensão de prazos nos casos de pandemia e calamidade pública.	Delegado Marcelo Freitas	8/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.742/2020	Ficam as instituições de ensino superior da rede privada, obrigadas a deduzirem em 20% (vinte por cento) das suas mensalidades, mediante formulário de requisição do estudante ou seu representante legal, durante o período de dois meses em decorrência da situação causada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Emanuel Pinheiro Neto	9/4/2020
PL nº 1.750/2020	Acrescenta Artigo 16-A à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2020.	Talíria Petrone	9/4/2020
PL nº 1.751/2020	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade de cessão de horários, pelas emissoras de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão), para a veiculação de teleaulas e de demais conteúdos educativos, durante a vigência de estados de calamidade pública.	Hildo Rocha	9/4/2020
PL nº 1.754/2020	Dispõe sobre a suspensão temporária, pelo período de duração das medidas de emergência sanitária de combate ao novo coronavírus (Covid-19), do pagamento de encargos educacionais, juros e multa por atraso de pagamento por parte dos estudantes beneficiários do Financiamento Estudantil (Fies) estabelecido na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001	Luis Miranda	9/4/2020
PL nº 1.758/2020	Altera o art. 13 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre as recompras de títulos da dívida do Fundo Fies relacionado aos contratos iniciados até dezembro de 2017 durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).	Raul Henry	9/4/2020
PL nº 1.770/2020	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para alterar o procedimento de chamamento público de autorização para o funcionamento de cursos de medicina.	Hildo Rocha	9/4/2020
PL nº 1.773/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de mensalidades de Instituição de Ensino Superior Privada por estudante beneficiário de renda básica emergencial ou que tenha sofrido alteração econômica-financeira negativa, com efeitos durante a vigência do estado de calamidade pública ou, transcorrida sua vigência, enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do Covid-19 (novo coronavírus).	Sâmia Bomfim	9/4/2020
PL nº 1.780/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a realização emergencial do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA) durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.	Jorge Solla	10/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.787/2020	Dispõe sobre o pagamento das mensalidades, semestralidades e anuidades escolares e sobre a suspensão do pagamento de parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil-Fies durante a situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).	Nicoletti	10/4/2020
PDL nº 148/2020	Susta os efeitos da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que “Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes”.	Pompeo de Mattos	13/4/2020
PL nº 1.813/2020	Dispõe sobre a necessidade de antecipar o gozo de feriados federais, estaduais, distritais e municipais durante o plano de contingência do novo coronavírus, emergência em saúde pública, e qualquer decreto de calamidade pública em âmbito nacional.	Patricia Ferraz	13/4/2020
PL nº 1.822/2020	Autoriza o Poder Executivo a suspender por 6 meses a cobrança das parcelas de amortização das dívidas provenientes do programa Fies no período de restrição à locomoção e ou emergência e ou calamidade provocados pela pandemia Covid-19.	Reginaldo Lopes	13/4/2020
PL nº 1.827/2020	Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estender, durante o período de suspensão das aulas em razão das férias escolares, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.	Professor Joziel	13/4/2020
PDL nº 149/2020	Suspende os efeitos dos editais Inep nº 25, de 30 de março de 2020 e Inep nº 27, de 30 de março de 2020, referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 2020.	Alice Portugal	14/4/2020
PDL nº 150/2020	Susta os efeitos dos Editais Inep nº 25, de 30 de março de 2020, e Inep nº 27, de 30 de março de 2020, ambos editados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação.	Carlos Veras	14/4/2020
PL nº 1.791/2020	Dispõe sobre a suspensão temporária do pagamento de mensalidades do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) enquanto perdurar a paralisação de atividades letivas em decorrência da pandemia do Covid-19, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 10.260 de 2001.	Gildenemyr	14/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 1.904/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as prestadoras de telecomunicações disponibilizarem conexões de dados de alta velocidade sem ônus para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para oferta de conteúdos educacionais, e liberação da franquia de dados de telefonia celular para os alunos, em situações de calamidade pública ou de pandemias.	Rejane Dias	15/4/2020
PL nº 1.909/2020	Cria a obrigatoriedade das entidades de Ensinos Privadas reduzirem, em no mínimo, 30% as mensalidades cobradas dos níveis de Ensino: educação infantil, fundamental, médio e superior.	Júnior Bozzella	15/4/2020
PL nº 1.923/2020	Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do coronavírus – Covid-19.	Rejane Dias	15/4/2020
PL nº 1.927/2020	Prorroga por 60 (sessenta) dias o Exame Nacional do Ensino Médio para o ano de 2020.	Alexandre Frota	15/4/2020
PL nº 1.928/2020	Estabelece suspensão no pagamento aos contratantes, alunos, das prestações do Financiamento Estudantil – Fies, enquanto durar o estado de calamidade pública.	Alexandre Frota	15/4/2020
PL nº 1.942/2020	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para instituir o benefício temporário, durante o estado de calamidade pública, destinado à criança ou adolescente regularmente matriculado em escola da rede pública na educação básica.	Jorge Solla	16/4/2020
PL nº 1.954/2020	Acrescenta § 3º ao art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a obrigatoriedade das escolas públicas de educação infantil e do ensino fundamental incluírem a Vitamina C (ácido ascórbico) nos cardápios da alimentação escolar.	Paulo Bengtson	16/4/2020
PL nº 1.962/2020	Dispõe sobre a ampliação de prazos e a suspensão de encargos financeiros do Fies em favor dos alunos beneficiários do financiamento estudantil previsto na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.	Beto Rosado	16/4/2020
PL nº 1.980/2020	Altera dispositivo da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.	Pedro Augusto Bezerra	16/4/2020
PL nº 1.982/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, em face do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	Léo Moraes	16/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.004/2020	Dispõe sobre a redução das mensalidades das Instituições de Ensino Superior privadas enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional.	Rubens Otoni	17/4/2020
PL nº 2.045/2020	Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, sobre a realização emergencial do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) e Contratação durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.	Perpétua Almeida	20/4/2020
PL nº 2.049/2020	Dispõe sobre a obrigação das Instituições Privadas do Sistema Educacional Brasileiro, a aplicarem desconto no valor das mensalidades de cursos nas modalidades: Presencial, Semipresencial e a Distância, no período de Combate ao Coronavírus (Covid-19) ou enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública decretado pelo Governo Federal.	Daniel Silveira	20/4/2020
PL nº 2.052/2020	Permite a contratação temporária de médicos brasileiros formados no exterior que não prestaram o REVALIDA para o combate a Covid-19 no período do Estado de Calamidade Pública	Luizão Goulart	20/4/2020
PL nº 2.058/2020	Dispõe sobre medidas de proteção aos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante situações de pandemia	Walter Alves	22/4/2020
PL nº 2.100/2020	Dispõe sobre ações emergenciais no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, durante o período de emergência decorrente da pandemia da Covid-19 e dá outras providências.	Gastão Vieira	22/4/2020
PL nº 2.105/2020	Suspende, de forma excepcional e temporária, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a realização de aportes ao Fundo Garantidor (FG-Fies) pelas instituições de ensino superior aderentes.	Alan Rick	22/4/2020
PDL nº 163/2020	Susta a Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).	Paulo Teixeira	23/4/2020
PL nº 2.115/2020	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Nicoletti	23/4/2020



Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.155/2020	Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor sobre a redução no valor das mensalidades escolares em caso de suspensão de aulas em virtude de declaração de estado de calamidade pública.	Flávia Moraes	23/4/2020
PL nº 2.159/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas de educação básica.	Eduardo Braide	24/4/2020
PL nº 2.162/2020	Autoriza, na vigência da situação de emergência de saúde pública relacionada à pandemia da Covid-19, a contratação simplificada de médicos residentes no Brasil com diplomas expedidos no exterior.	Fernanda Melchionna	24/4/2020
PL nº 2.172/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para permitir a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras do curso de medicina, de cidadãos brasileiros por universidades públicas e privadas, durante o estado de calamidade pública de importância internacional – coronavírus – Covid-19.	Rejane Dias	24/4/2020
PDL nº 167/2020	Susta os efeitos do Edital nº 33, de 20 de abril de 2020 e do Edital nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.	Professor Israel Batista	27/4/2020
PDL nº 169/2020	Suspende os efeitos dos editais nºs 25 e 27, de 30 de março de 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), referentes, respectivamente, ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) Impresso e ao Enem Digital de 2020.	Professora Dorinha Seabra Rezende	27/4/2020
PL nº 2.182/2020	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a destinação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para compra de aparelhos e estruturas tecnológicas para instituições de ensino da rede pública.	Aureo Ribeiro	27/4/2020
PL nº 2.191/2020	Dispensa os estudantes da educação básica do cumprimento de frequência escolar mínima, enquanto durar a situação de emergência em saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, autoriza as instituições de ensino a realizar exame de proficiência para fins de aprovação escolar, e dá outras providências.	Mário He- ringer	27/4/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.229/2020	Dispõe sobre a redução proporcional na cobrança das mensalidades nas Instituições de Ensino Superior da rede privada durante a pandemia da Covid-19 em estado de calamidade pública e dá outras providências.	Túlio Gadêlha	28/4/2020
PL nº 2.259/2020	Dispõe sobre a redução do valor das mensalidades das instituições privadas de ensino médio, fundamental e infantil, enquanto perdurar a Pandemia do Covid-19.	José Ricardo	28/4/2020
PL nº 2.274/2020	Acrescenta artigo à Lei nº 9.870/1999, dispondo sobre a redução de 30% (trinta por cento) no valor das mensalidades escolares das instituições de ensino fundamental, médio e superior da rede privada que estejam com funcionamento suspenso por força das medidas de isolamento e quarentena previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Marcelo Aro	28/4/2020
PL nº 2.281/2020	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos relativos ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 em face do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	Léo Moraes	28/4/2020
PL nº 2.282/2020	Dispõe sobre desconto de 40% em mensalidades da rede privada de ensino durante o período de pandemia do novo coronavírus.	Marreca Filho	29/4/2020
PL nº 2.299/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor sobre o cumprimento do calendário escolar em situações de calamidade pública.	Flávia Moraes	29/4/2020
PL nº 2.300/2020	Dispõe sobre a realização das avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2020 no período de Estado de emergência de saúde internacional	Roberto Alves	29/4/2020
PL nº 2.306/2020	Estabelece incentivo fiscal em favor das empresas que firmarem parceria com universidades e institutos de ensino superior ou de pesquisa, para o desenvolvimento de projetos relativos ao Covid-19.	Luísa Canziani	29/4/2020
PL nº 2.361/2020	Altera o art. 21-A da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para permitir o repasse dos recursos do PNAE diretamente para os pais ou responsáveis de estudantes da educação básica, na forma de pecúnia.	Danilo Cabral	4/5/2020
PL nº 2.371/2020	Dispõe sobre o pagamento das mensalidades, semestralidades e anuidades escolares e sobre a suspensão do pagamento de parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil-Fies durante a situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).	Nicoletti	4/5/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.377/2020	Dispõe sobre criação de linha de crédito específica para financiamento das mensalidades de alunos da área da saúde da rede privada de ensino superior.	Dr. Leonardo	4/5/2020
PL nº 2.382/2020	Dispõe de redução das mensalidades escolares das instituições de ensino da rede privada, como medida excepcional, após a decretação do Estado de Calamidade pública Nacional, em virtude da SARS-COV12 (Covid-19), e dá outras providências.	Wladimir Garotinho	4/5/2020
PL nº 2.399/2020	Prorroga por 60 (sessenta) dias as provas vestibulares das universidades e das faculdades públicas e privadas para o ano de 2020.	Alexandre Frota	5/5/2020
PL nº 2.407/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para regular a oferta de atendimento educacional alternativo a alunos com imunodepressão ou em grupo de risco, em caso de emergência sanitária reconhecida na forma da legislação.	Carlos Bezerra	5/5/2020
PL nº 2.436/2020	Dispõe sobre criação de linha de crédito específica para financiamento das mensalidades de alunos de farmácia da rede privada de ensino superior.	Dr. Leonardo	6/5/2020
PL nº 2.471/2020	Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para permitir trancamento de matrícula gratuito nas instituições de ensino superior, no período que especifica.	Aliel Machado	7/5/2020
PDL nº 199/2020	Susta os efeitos dos Editais Inep nº 33, de 20 de abril de 2020, e Inep nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos editados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação.	Lídice da Mata	8/5/2020
PDL nº 200/2020	Susta os efeitos dos editais nºs 25 e 27, de 30 de março de 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), referentes, respectivamente, ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) Impresso e ao Enem Digital de 2020	Bira do Pindaré	8/5/2020
PL nº 2.509/2020	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio) para garantir os auxílios aos educandos na vigência de período de calamidade pública e seus efeitos.	Fernanda Melchionna	8/5/2020
PDL nº 203/2020	Susta os efeitos do Edital nº 33, de 20 de abril de 2020 e do Edital nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.	José Guimarães	11/5/2020
PDL nº 204/2020	Susta o Edital nº 25/2020, de 30 de março de 2020 e o Edital nº 33/2020, de 20 de abril de 2020, ambos do Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e que dispõem sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos do Enem 2020 impresso.	Luizianne Lins	11/5/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PDL nº 205/2020	Susta os efeitos dos editais Inep nº 25, de 30 de março de 2020, Inep nº 27, de 30 de março de 2020, Inep nº 33 e nº 34, ambos de 20 de abril de 2020, todos eles referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, edição de 2020.	Fernanda Melchionna	11/5/2020
PDL nº 214/2020	Susta os efeitos do Edital nº 33, de 20 de abril de 2020 e do Edital nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.	Damião Feliciano	12/5/2020
PDL nº 215/2020	Susta os efeitos do Edital nº 33, de 20 de abril de 2020 e do Edital nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.	Natália Bonavides	12/5/2020
PL nº 2.556/2020	Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio, Edição 2020, em suas versões impressa e digital, para estabelecer que o Enem não poderá ser aplicado antes do término do ano letivo pelas escolas públicas que ofertam ensino médio.	Natália Bonavides	12/5/2020
PL nº 2.573/2020	Concede isenção tributária aos materiais de qualquer natureza, seus acessórios e afins adquiridos pelos estudantes da área da saúde para utilização nos cursos técnicos e graduação em instituições públicas de ensino.	David Soares	12/5/2020
PL nº 2.586/2020	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies, para estabelecer a extensão do período de carência ou adiamento do início da amortização dos estudantes graduados em medicina que estejam em programas de residência médica.	Damião Feliciano	12/5/2020
PL nº 2.587/2020	Em virtude da crise decorrente da pandemia de Covid-19, esta lei acrescenta dispositivo à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que passe a contemplar, fomentar e impulsionar a iniciação científica em instituições públicas de ensino fundamental, médio e técnico.	Loester Trutis	12/5/2020
PDL nº 217/2020	Susta os efeitos do Edital nº 33, de 20 de abril de 2020 e do Edital nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).	Denis Bezerra	13/5/2020
PL nº 2.596/2020	Estabelece procedimentos para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio, quando da ocorrência de estado de calamidade pública, revoga os cronogramas 25/2020 e 33/2020 do Min. da Educação e dispõe sobre outras providências.	Luizianne Lins	13/5/2020
PL nº 2.614/2020	Insere métodos de ensino sanitário para crianças e adolescentes no dia 5 de agosto, dia nacional da saúde, como trata a Lei nº 5.352 de 1967.	Gilberto Abramo	13/5/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.623/2020	Dispõe sobre o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem enquanto durarem as medidas emergenciais ocasionadas pela pandemia do coronavírus.	Alice Portugal	13/5/2020
PDL nº 221/2020	Susta os efeitos dos Editais nº 25, de 30 de março de 2020, e nº 27, de 30 de março de 2020 editados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação.	João Daniel	14/5/2020
PDL nº 224/2020	Susta os efeitos do Edital nº 33, de 20 de abril de 2020 e do Edital nº 34, de 20 de abril de 2020, ambos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação	Dagoberto Nogueira	14/5/2020
PL nº 2.657/2020	Prorroga por tempo indeterminado o Exame Nacional do Ensino Médio para o ano de 2020.	Alexandre Frota	14/5/2020
PL nº 2.672/2020	Obriga as instituições de ensino a oferecer um percentual de desconto na mensalidade enquanto perdurar a suspensão das aulas em razão da declaração de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).	Clarissa Garotinho	14/5/2020
PL nº 2.677/2020	Prorroga por tempo indeterminado as provas para ingresso nas escolas técnicas federais e estaduais, para o ano de 2020.	Alexandre Frota	14/5/2020
PL nº 2.678/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para incluir a prorrogação das provas e exames do processo seletivo do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem e dá outras providências.	Rejane Dias	14/5/2020
PL nº 2.686/2020	Dispõe sobre a aplicação das avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2020 no período de Estado de emergência de saúde pública.	Pompeo de Mattos	14/5/2020
PL nº 2.702/2020	Autoriza a antecipação do pagamento de valores referentes à prestação dos serviços de transporte escolar de alunos da rede pública com recursos financeiros recebidos do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).	Paulo Abi-Ackel	15/5/2020
PL nº 2.725/2020	Dispõe sobre a redução das anuidades ou semestralidades da educação superior privada em caso de adoção parcial da modalidade educação a distância em substituição às atividades presenciais.	Zé Vitor	18/5/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.728/2020	Determina uma redução de 50% (cinquenta por cento) nas mensalidades escolares, em colégios e escolas particulares, durante o período de vigência do decreto de calamidade pública, proíbe a cobrança de matrícula para o ano de 2021 e dá outras providências.	Alexandre Frota	18/5/2020
PL nº 2.736/2020	Suspende o Exame Nacional do Ensino Médio no período de duração da situação de restrição à locomoção provocado pela pandemia da Covid-19	Reginaldo Lopes	18/5/2020
PDL nº 232/2020	Susta os efeitos dos editais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep nº 25, de 30 de março de 2020 e Inep nº 27, de 30 de março de 2020, referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio 2020.	Erika Kokay	19/5/2020
PL nº 2.761/2020	Inclui § 1º-A ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a prorrogação automática de prazos para provas, exames e demais atividade para acesso ao ensino superior em caso de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional ou de comprometimento do regular funcionamento das instituições de ensino do país.	João Daniel	19/5/2020
PL nº 1.277/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a prorrogação automática de prazos para certames seletivos nacionais de acesso à educação superior em caso de reconhecimento, pelo Congresso Nacional, de estado de calamidade ou de evento que comprometa o regular funcionamento das instituições de ensino no País.	Senado Federal – Daniella Ribeiro	20/5/2020
PL nº 2.770/2020	Dispõe sobre a suspensão dos exames e avaliações educacionais em larga escala, em todo o território nacional, enquanto durarem os efeitos da situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.	Fernanda Melchionna	20/5/2020
PL nº 2.779/2020	Inclui § 1º-A ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a prorrogação automática de prazos para provas, exames e demais atividade para acesso ao ensino superior em caso de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional ou de comprometimento do regular funcionamento das instituições de ensino do país.	Professor Israel Batista	20/5/2020
PL nº 2.781/2020	Determina que as instituições de ensino privadas estabeleçam redução de mensalidades enquanto vigorar a obrigatoriedade de suspensão de aulas presenciais em virtude da pandemia de Covid-19 no Brasil, e dá outras providências.	Marília Arraes	20/5/2020
PL nº 2.782/2020	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre inclusão digital.	Marreca Filho	20/5/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.783/2020	Acrescenta § 4º ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever adiamento do processo seletivo de ingresso na graduação, em virtude da declaração de estado de calamidade pública ou situação na qual não se possa prover o ensino regular.	Jesus Sérgio	20/5/2020
PL nº 2.939/2020	Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 para estabelecer critérios para atuação profissional de educação física em caso de estado de calamidade pública.	Felipe Carreras	27/5/2020
PL nº 2.796/2020	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 para estabelecer prioridade a profissionais da imprensa e da educação em campanhas de imunização.	Helder Salomão	20/5/2020
PL nº 2.877/2020	Altera o Código Penal para aumentar a pena do crime de peculato, quando se tratar de recursos destinados à saúde e a educação.	Otto Alencar Filho	25/5/2020
PL nº 2.893/2020	Dispõe sobre a possibilidade de que o primeiro módulo de aperfeiçoamento dos médicos participantes seja realizado tanto presencialmente quanto, durante o período de vigência do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, a distância. Explicação: Altera a Lei nº 12.871, de 2013.	Eduardo Costa	26/5/2020
PL nº 2.919/2020	Acrescenta os §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ao artigo 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passando a prever o caderno apostilado digital como material didático e dá outras providências.	Paula Belmonte	26/5/2020
PL nº 2.932/2020	Altera a Lei nº 6.932, de 1981, e a Lei nº 11.129, de 2005, para dispor sobre o valor da bolsa do médico-residente e da residência multiprofissional e em área profissional da Saúde.	Dra. Soraya Manato	27/5/2020
PL nº 2.945/2020	Institui a Política Nacional Um Computador por Aluno. Explicação: Altera a Lei 9.998 de 2000.	Pompeo de Mattos	27/5/2020
PL nº 2.949/2020	Dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19)	Idilvan Alencar	28/5/2020
PL nº 2.963/2020	Altera Art. 9º da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 (LDBE), para autorizar em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, na educação básica e superior em períodos de calamidade por motivo de saúde pública e dá outras substituição,	André de Paula	28/5/2020
PL nº 2.978/2020	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para vedar a suspensão do pagamento de bolsa auxílio aos estagiários durante estado de calamidade pública e dá outras providências.	Alessandro Molon	28/5/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 2.979/2020	Inserir dispositivos na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para instituir a utilização do ensino a distância em substituição ao presencial em caso de extrema necessidade e assegurar o fornecimento de internet e equipamentos necessários ao acesso à educação à distância para alunos e professores.	Rubens Otoni	28/5/2020
PL nº 143/2020	Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências, para ressaltar os servidores da educação pública das restrições contidas na lei.	Professora Dorinha Seabra Rezende	28/5/2020
PL nº 2.987/2020	Dispõe sobre a redução de 50% (cinquenta por cento) no valor das mensalidades das instituições de ensino fundamental, médio e superior da rede privada em que as aulas presenciais estejam suspensas, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Mara Rocha	29/5/2020
PL nº 3.021/2020	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Cartão Alimentação Escolar para aquisição de gêneros alimentícios. Os custos do projeto serão cobertos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e eles serão distribuídos aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.	Rejane Dias	1º/6/2020
PL nº 3.046/2020	Altera Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o caso de impossibilidade de distribuição de gêneros alimentícios do PNAE por questões sanitárias, logísticas ou de isolamento social.	Tiago Mitraud	2/6/2020
PL nº 3.165/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas à educação básica pública a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Idilvan Alencar	8/6/2020
PL nº 3.200/2020	Estabelece a obrigação de redução dos valores a serem pagos a título de mensalidades escolares pelos alunos e responsáveis para as instituições privadas de ensino do Brasil em todos os seus níveis.	Pompeo de Mattos	9/6/2020
PL nº 3.204/2020	Dispõe sobre as parcelas das semestralidades devidas por alunos matriculados em instituições de educação superior e não cobertas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).	Cássio Andrade	9/6/2020



Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.209/2020	Dispõe sobre a Escola Digital e garante o acesso gratuito à educação por meio da utilização multiplataformas digitais para os alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Médio das redes públicas de ensino, em razão de situação de emergência ou calamidade pública.	Emanuel Pinheiro Neto	9/6/2020
PL nº 3.218/2020	As escolas, centros técnicos e universidades mantidas pelo Poder Público ficam autorizadas a produzir equipamentos necessários ao combate de doenças quando decretado oficialmente estado de calamidade pública.	David Soares	9/6/2020
PL nº 3.232/2020	Dispõe sobre a garantia de acesso gratuito à internet para os alunos da rede pública de ensino fundamental e médio durante o período de pandemia.	Mauro Nazif	10/6/2020
PL nº 3.234/2020	Altera a Lei nº 8.745/1993 que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal” para impedir a rescisão de contratos feitos com base naquela lei durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 de que trata a Lei 13.979/2020.	JHC	10/6/2020
PL nº 3.246/2020	Dispõe sobre a concessão de apoio financeiro emergencial a motoristas e demais profissionais que exerçam atividade de transporte escolar, em razão da emergência sanitária decorrente do novo coronavírus (Covid-19).	Rose Modesto	10/6/2020
PL nº 3.248/2020	Dispõe sobre a prorrogação do mandato de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Explicação: Altera as Leis nº 9.192, de 1995 e 11.892, de 2008.	André Figueiredo	10/6/2020
PL nº 3.252/2020	Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para dispor sobre a contratação de médico brasileiro graduado em instituição de educação superior estrangeira, mediante revalidação temporária e emergencial dos diplomas de graduação em medicina.	Bacelar	10/6/2020
PL nº 3.261/2020	Veda demissões dos trabalhadores da educação pública durante o período de emergência e calamidade de saúde pública conforme Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.	Rogério Correia	10/6/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.265/2020	Dispõe sobre o processo excepcional de elaboração das listas para indicação de reitores e de diretores de que tratam o Art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e o Art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Perpétua Almeida	10/6/2020
PL nº 3.273/2020	Acrescenta o art. 6º-E a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Marcelo Freixo	12/6/2020
PL nº 3.281/2020	Estimula a conversão do contrato de aprendizagem em contrato de emprego durante o período de decretação de emergência de saúde pública de importância internacional Covid-19 e permite a prorrogação dos contratos nas instituições públicas.	Benes Leocádio	15/6/2020
PL nº 3.309/2020	Acrescenta inciso XI ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir entre os deveres do Estado com a educação básica pública a distribuição de recursos educacionais com vistas a promover a equalização das oportunidades educacionais.	Marreca Filho	15/6/2020
PL nº 3.312/2020	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, para autorizar o usufruto de banco de horas aos profissionais da educação básica e aos docentes do ensino superior contratados em regime presencial que se encontrem em regime de teletrabalho motivado pela situação de emergência decorrente da pandemia por Covid-19, e dá outras providências.	Mário Heeringer	15/6/2020
PL nº 3.322/2020	Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para acrescentar o art. 1-A e seus § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º e § 6º.	Alice Portugal	16/6/2020
PL nº 3.332/2020	Autoriza as instituições financeiras a disponibilizarem linha de crédito emergencial, observadas as mesmas condições previstas na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 ("Pronampe"), para atendimento aos profissionais autônomos que realizam o transporte de alunos para estabelecimentos escolares e universitários, a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Abou Anni	16/6/2020
PL nº 3.360/2020	Altera o art. 4º da Lei nº 6.932, de 1981, para dispor sobre o valor da bolsa dos médicos-residentes e seu reajuste anual, bem como sobre auxílio-alimentação e auxílio-moradia concedidos a esses beneficiários.	Dra. Soraya Manato	17/6/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.362/2020	Dispõe sobre a eliminação de pagamento mínimo para a amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados a partir de 2018, sobre a suspensão das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies para beneficiários sem renda, e sobre a limitação das parcelas de amortização dos contratos de Fundo Fies iniciados até 2017 e de Programa Fies a 30% (trinta por cento) da renda dos beneficiários. Explicação: Altera a Lei nº 10.260, de 2001.	João Daniel	17/6/2020
PL nº 3.367/2020	Autoriza o poder executivo a conceder auxílio financeiro temporário aos agricultores familiares e garante os recursos para compra da Agricultura Familiar através dos programas de Alimentação Escolar e PAA do produtor familiar no período de emergência reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Reginaldo Lopes	17/6/2020
PL nº 3.377/2020	Torna obrigatória a testagem periódica de professores e profissionais de escolas públicas e privadas para detecção da doença Covid-19, como medida de controle da pandemia do novo coronavírus e dá outras providências.	Sergio Vidigal	17/6/2020
PL nº 3.419/2020	Acrescenta parágrafo único ao artigo 5º da Lei 9.879/99, assegurando aos alunos inadimplentes, o direito à renovação da matrícula, por dois anos após cessar os efeitos do Estado de Calamidade Pública, e dá outras providências.	Orlando Silva	18/6/2020
PL nº 3.422/2020	Concede autorização para empréstimo de material de informática ocioso das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e gratuidade de internet para alunos de baixa renda, onde for adotado o sistema de aulas não presenciais.	Lauriete	18/6/2020
PL nº 3.450/2020	Aumenta as penas e considera como crime hediondo os crimes de corrupção passiva e ativa, previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 – Código Penal –, e os crimes previstos na Lei nº 8.666, de 1993, quando suas práticas estiverem relacionadas às ações, programas e contratos nas áreas de saúde e educação. Explicação: Altera a Lei nº 8.072, de 1990.	Edilázio Júnior	22/6/2020
PDL nº 305/2020	Altera a redação do art. 1º, da Portaria nº 544/2020, de 17 de junho de 2020, do Ministério da Educação, que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020”.	Célio Studart	23/6/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.465/2020	Cria o Programa Nacional de Modernização da Educação Pública e concede incentivos fiscais para projetos relacionados à inclusão digital e melhoria da educação pública.	Aureo Ribeiro	23/6/2020
PL nº 3.477/2020	Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Explicação: Altera as Leis nº 9.998 de 2000 e 9.472 de 1997.	Idilvan Alencar	23/6/2020
PL nº 3.482/2020	Institui o Programa Emergencial de Aquisição de Equipamentos de Informática para Professores da Educação Básica e dá outras providências.	André Figueiredo	24/6/2020
PL nº 3.483/2020	Dispõe sobre o retorno das aulas e atividades escolares e dá outras providências.	Alexandre Frota	24/6/2020
PL nº 3.499/2020	Estabelece a possibilidade de realização de estágio supervisionado do curso de Psicologia em atendimento a profissionais de saúde que estejam atuando no tratamento de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus.	Rogério Peninha Mendonça	24/6/2020
PL nº 3.527/2020	Dispõe sobre a garantia de acesso à internet aos estudantes das universidades federais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Danilo Cabral	26/6/2020
PL nº 3.551/2020	Dispõe sobre ações emergenciais para o Covid-19 no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, de que trata a Lei nº 11.947, de 2009, devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Idilvan Alencar	30/6/2020
PL nº 3.589/2020	Altera dispositivo à Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 que “Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.	Uldurico Junior	1º/7/2020
PL nº 3.601/2020	Altera de forma excepcional a Lei nº 9.870/99, para garantir o direito de rematricula ou renovação de matrícula aos alunos das instituições de ensino privadas até o ano de 2022, na forma que estabelece.	Pompeo de Mattos	2/7/2020
PL nº 3.619/2020	Acrescenta o parágrafo único ao art. 246, do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1948 (Código Penal), tornar atípico o crime de abandono intelectual durante período de calamidade pública decorrente de pandemia.	Paula Belmonte	2/7/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.643/2020	Dispõe sobre a ampliação valores do benefício de abatimento do saldo devedor dos arts. 6º-B e 6º-F da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e sua extensão desse benefício a todos os profissionais de saúde que trabalhem durante o período de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Rose Modesto	3/7/2020
PL nº 3.658/2020	Acrescenta o inciso I ao parágrafo 2º do art. 5 da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que assegura recursos para contratação de serviços de acesso à internet a estudantes da rede pública.	Márcio Jerry	6/7/2020
PL nº 3.699/2020	Acrescenta o § 14 ao art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a distribuição gratuita de equipamentos de informática destinados ao uso educacional para alunos das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou das escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).	Zé Neto	8/7/2020
PL nº 3.704/2020	Obriga a realização do teste tipo RT-PCR para diagnosticar se professores e funcionários estão infectados com o coronavírus (Covid-19), antes do reinício de suas atividades escolares e dá outras providências.	Eduardo Costa	8/7/2020
PL nº 3.708/2020	Prorroga o encerramento dos contratos de estágios até 31 de dezembro de 2020, acrescentando o art. 18-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.	Pompeo de Mattos	8/7/2020
PDL nº 327/2020	Susta parcialmente os efeitos da Portaria do Ministério da Educação nº 544, de 16 de junho de 2020.	Tereza Nelma	13/7/2020
PL nº 3.758/2020	Altera a Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, para destinar recursos adicionais do Fundo Social aos entes federativos para cumprimento da meta 5 do Plano Nacional de Educação PNE.	Leônidas Cristino	13/7/2020
PL nº 3.775/2020	Institui o Programa de Apoio à Formação Médica.	Hildo Rocha	14/7/2020
PL nº 3.815/2020	Dispõe sobre o Auxílio Inclusão Digital.	Tereza Nelma	15/7/2020
PL nº 3.836/2020	Cria a bolsa de estudos emergencial para cursos superiores, com o objetivo de mitigar os efeitos da inadimplência nas mensalidades em razão da pandemia de Covid-19.	Alencar Santana Braga	16/7/2020
PL nº 3.847/2020	Acrescenta o § 12 ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre as condições para a realização de atividades pedagógicas durante a vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2).	Frei Anastácio Ribeiro	17/7/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.848/2020	Assegura aos profissionais autônomos de transporte escolar de pessoas, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o direito à suspensão temporária da cobrança de prestações relativas a contrato de financiamento de veículos automotores utilizados no exercício da referida atividade profissional.	Celso Maldaner	17/7/2020
PL nº 3.865/2020	Dispõe sobre a oferta de vagas de financiamento estudantil do Fies para 2020 e 2021, e sobre a revogação das isenções de rendimentos auferidos nas aplicações ou operações financeiras de renda fixa ou de renda variável previstas no art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no art. 90 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para os fundos de investimento, títulos de crédito e ações adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2021. Explicação: Altera a Lei nº 10.260, de 2001.	Moses Rodrigues	20/7/2020
PL nº 3.901/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer medida voltada a inibir a transmissão do coronavírus (Covid-19) nos estabelecimentos de ensino.	Renildo Calheiros	22/7/2020
PL nº 3.905/2020	Altera a Lei nº Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para permitir a prorrogação dos contratos de estágio.	José Medeiros	22/7/2020
PL nº 3.936/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor do transporte coletivo escolar e de turismo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.	Helder Salomão	27/7/2020
PL nº 3.960/2020	Isenta dos tributos federais os smartphones, tablets, notebooks, computadores pessoais e modems adquiridos por estudantes regularmente matriculados em instituições públicas de ensino e professores em exercício, enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública decretado em virtude da pandemia da Covid-19.	Fabio Reis	28/7/2020
PL nº 3.962/2020	Autoriza a cursar instituição de ensino superior o aluno aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem ou no vestibular sem concluir Ensino Médio no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Camilo Capiberibe	28/7/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 3.964/2020	Acrescenta art. 6º-E à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para conceder isenção das contribuições sociais a cargo da empresa às instituições de ensino superior na modalidade presencial, nas condições que especifica, até o término do período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).	Luísa Canziani	28/7/2020
PL nº 3.967/2020	Dispõe sobre a doação de aparelhos eletrônicos e a disponibilização de material didático digital, bem como pacote de dados a estudantes da rede pública e privada da educação básica, fundamental, ensino médio, do ensino técnico e superior. Assim como disponibilização dos mesmos materiais para os professores.	José Guimarães	29/7/2020
PL nº 3.984/2020	Autoriza as instituições financeiras a disponibilizarem linha de crédito emergencial, observadas as mesmas condições previstas na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 ("Pronampe"), para atendimento aos profissionais autônomos motoristas de mobilidade urbana de aplicativos, taxistas e os que realizam o transporte de alunos para estabelecimentos escolares e universitários, que tiveram a renda declarada no ano de 2019, acima de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Luizão Goulart	29/7/2020
PL nº 3.997/2020	Propõe medidas de garantia de acesso gratuito à internet em sítios de conteúdos governamentais oficiais, em especial a provedores de educação.	Laercio Oliveira	30/7/2020
PL nº 4.034/2020	Altera o artigo 3º da Lei 13.998/2020, para acrescentar o parágrafo 4º, que estende o Auxílio Emergencial para todos os pós-graduandos brasileiros pelo período que perdurar a pandemia de Covid-19, e dá outras providências.	Orlando Silva	3/8/2020
PL nº 4.077/2020	Desonera do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins as aquisições de telefones celulares e equipamentos eletrônicos, realizadas por extensionistas rurais e professores da rede pública durante o reconhecimento do estado de calamidade pública provocado pelo coronavírus (Covid-19), nos termos que especifica.	Zé Silva	4/8/2020
PDL nº 358/2020	Disciplina a relação de consumo nos contratos de prestação de serviços educacionais no contexto do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Maria Rosas	5/8/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 4.084/2020	Desonera do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins as aquisições de telefones celulares e equipamentos eletrônicos, realizadas por extensionistas rurais, professores e alunos da rede pública durante o reconhecimento do estado de calamidade pública provocado pelo coronavírus (Covid-19), nos termos que especifica.	Zé Silva	5/8/2020
PL nº 4.094/2020	Estabelece a desoneração de tributos federais sobre a aquisição, por professores e alunos para uso próprio, de telefones celulares e equipamentos eletrônicos durante o reconhecimento do estado de calamidade pública provocado pelo coronavírus (Covid-19), nos termos que especifica.	Celso Maldaner	5/8/2020
PLP nº 204/2020	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para permitir a contratação de pessoal selecionado em concurso público para instituição federal de ensino, homologado em data anterior à publicação da referida Lei Complementar, e a realização de concurso público e contratação de pessoal para instituição federal de ensino criada por lei a partir do ano de 2018.	Marília Arraes	5/8/2020
PL nº 4.135/2020	Dispõe sobre a doação de aparelhos eletrônicos do tipo tablets e a disponibilização de material didático digital e pacote de dados a estudantes da rede pública e privada da educação básica e do ensino superior	Paulo Teixeira	10/8/2020
PL nº 4.138/2020	Dispõe sobre a concessão de renda emergencial a trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviços de transporte escolar, em razão da emergência sanitária internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19).	Rejane Dias	11/8/2020
PL nº 4.152/2020	Dispõe sobre a gratuidade para estudantes no acesso a conteúdo educativo e informativo em sítio de internet mantido pelo Poder Público.	Gildenemyr	11/8/2020
PL nº 4.154/2020	Dispõe sobre a abertura de linhas de crédito do BNDES para micro e pequenos empresários da educação básica e/ou conveniadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Luizão Goulart	11/8/2020
PL nº 4.158/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial para os educadores(as) e/ou professores(as) infantis dos centros de educação infantil privada (CEI) e/ou conveniadas.	Luizão Goulart	11/8/2020



Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 4.160/2020	Autoriza as instituições financeiras a disponibilizarem linha de crédito emergencial, observadas as mesmas condições previstas na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 ("Pronampe"), para garantia de atendimento dos Centros de Educação Infantil (CEI) privada e/ou conveniadas, a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Luizão Goulart	11/8/2020
PL nº 4.163/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial para os transportadores de alunos de estabelecimentos escolares e universitários, bem como direito a suspensão do pagamento das prestações de financiamento de veículos automotores utilizados para o seu trabalho e renegociação de dívidas junto as instituições financeiras, a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Luizão Goulart	11/8/2020
PL nº 4.165/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial para os profissionais autônomos motoristas de mobilidade urbana de aplicativos, taxistas e os transportadores de alunos de estabelecimentos escolares e universitários, que declararam renda no Imposto de Renda, exercício de 2019, com valores superiores a R\$ 28.000,00, a qual terá duração pelo mesmo período que estiver em vigor o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Luizão Goulart	11/8/2020
PL nº 4.169/2020	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de transporte escolar a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.	Jerônimo Goergen	12/8/2020
PL nº 4.232/2020	Dispõe sobre o fornecimento de banda larga e de dispositivos necessários ao acesso à educação a distância, para a garantia de condições satisfatórias de aprendizagem dos estudantes das universidades federais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Camilo Capiberibe	17/8/2020
PL nº 4.235/2020	Suspende as prestações dos contratos de financiamento de veículos de transporte escolar e as ações de busca e apreensão por inadimplência durante o período de calamidade pública decorrente da Covid-19.	André Janones	17/8/2020
PL nº 4.244/2020	Altera a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, para prorrogar os prazos exclusivamente para os sistemas de ensino privado até 31 de dezembro de 2020, a fim de celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho.	Zé Vitor	18/8/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 4.261/2020	Dispõe sobre auxílio emergencial a motoristas e monitores, que exerçam atividade de transporte escolar, em razão da emergência sanitária decorrente do novo coronavírus (Covid-19).	Aline Gurgel	19/8/2020
PL nº 4.263/2020	Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos profissionais do transporte escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.	Aureo Ribeiro	19/8/2020
PL nº 4.296/2020	Estabelece a suspensão do pagamento de financiamento de veículos adquiridos por transportadores escolares durante o período de calamidade pública em saúde decretada em razão da pandemia de Covid-19, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020	Alencar Santana Braga	20/8/2020
PL nº 4.312/2020	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para incluir os profissionais do transporte escolar entre os beneficiários do auxílio emergencial.	Lincoln Portela	21/8/2020
PDL nº 377/2020	Altera a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19, e revoga as Portarias do MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.	Professor Joziel	24/8/2020
PL nº 4.321/2020	Dispõe sobre a transferência de recursos e saldos financeiros do auxílio financeiro, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, provenientes de repasses federais de que trata a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para o enfrentamento a pandemia do coronavírus – Covid-19 nas escolas públicas.	Rejane Dias	24/8/2020
PL nº 4.323/2020	Cria o auxílio emergencial para estudantes de baixa renda das instituições públicas de ensino superior e de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, durante a pandemia de Covid-19, para fins de dar condições de permanência dos estudantes na educação superior pública	Gonzaga Patriota	24/8/2020
PL nº 4.348/2020	Acrescenta artigo à Lei nº 9.870, de 1999, dispondo sobre a redução de 20% (vinte por cento) no valor das parcelas mensais das instituições de educação superior da rede privada durante o período de suspensão das atividades pedagógicas presenciais em decorrência da adoção de medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Bacelar	25/8/2020
PL nº 4.356/2020	Institui compensação financeira extraordinária destinada a apoiar o setor do transporte escolar, no âmbito do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.	Danrlei de Deus Hinderholz	26/8/2020

Proposição	Ementa	Autor	Data
PL nº 4.362/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para assegurar o pagamento aos contratados para prestação de serviço de transporte escolar de alunos da rede pública o pagamento de quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do preço mensal ajustado.	Frei Anastácio Ribeiro	26/8/2020
PL nº 4.383/2020	Dispõe sobre o fornecimento de banda larga e de dispositivos necessários ao acesso à educação, para a garantia de condições de aprendizagem dos estudantes das comunidades quilombolas e indígenas.	Valmir Assunção	27/8/2020
PL nº 4.394/2020	Institui o Programa Banda Larga Estudantil, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 5.537, de 1968.	Evair Vieira de Melo	28/8/2020